

SESSÕES DO PLENÁRIO

41ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 13 de maio de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ROGÉRIO ANDRADE *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente faz a leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Arthur Oliveira Maia, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 22, 29 e 30/04/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Paulo Rangel, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 01, 13 e 16/04/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 27 e 28/04/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Fernando Torres, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 06, 07, 08, 13 e 16/04/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes, observamos aqui uma certa repercussão sobre uma notícia veiculada na imprensa acerca da Bahiagás. Primeiro, queria aqui informar enfaticamente que desafio aqui qualquer jornalista, qualquer deputado, a provar o que foi noticiado em alguns órgãos de comunicação. Em primeiro lugar, as pessoas têm que entender que os meios de comunicação são instrumentos representativos dos seus donos e de seus interesses. Isso é preciso ficar bem claro, o que a imprensa faz é exatamente atender aos interesses dos seus donos, seguir a linha editorial de seus donos, e para isso noticiam muitas questões falsas, incorretas, distorcidas.

Em relação à Bahiagás, no que diz respeito à questão dos estagiários, desafio qualquer jornalista, qualquer deputado desta Casa, a provar que essa notícia é verdadeira, ou seja, que a Bahiagás contratou 63 estagiários do PCdoB. Desafio qualquer jornalista, qualquer deputado desta Casa a vir aqui provar que os estagiários são do PCdoB.

(O Sr. Luiz de Deus fala fora do microfone.)

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Aliás, nobre deputado Luiz de Deus, o Pequeno Expediente não permite aparte, senão concederia um aparte a V.Ex^a. Mas desafio qualquer deputado, qualquer jornalista, a provar a notícia veiculada e repercutida aqui na Assembleia Legislativa. Os estagiários não são do PCdoB, já existia um número de estagiários com a jornada de oito horas, e com a nova lei de estágio o estagiário só pode cumprir uma jornada máxima de seis horas. Para isso foi preciso fazer a readequação, aumentando proporcionalmente o número para ajuste à jornada de trabalho. Evidentemente que se o estagiário trabalhava oito horas e passa a trabalhar seis horas, necessita-se de um número maior de estagiários.

É preciso, inclusive, registrar que esse fato que repercutiu aqui foi comunicado ao Ministério Público e a conclusão deste é que essa denúncia é mentirosa, distorcida, não corresponde à verdade.

Portanto, quero aqui desafiar qualquer jornalista, qualquer deputado a provar o que noticiou, que os estagiários são do PCdoB.

Além do mais, é preciso registrar e entender o porquê dessa fúria de alguns em condenar a Bahiagás. É porque está sendo dirigida por um comunista competente,

altamente técnico, sério, ético. E ao administrar dessa forma ela se transformou numa empresa muito importante, séria, tem planejamento estratégico, cresce, tem mesmo seriedade. E isso incomoda aqueles que defendem o oposto, aqueles que sobrevivem da máquina, aqueles que sobrevivem exatamente das coisas erradas. A Bahiagás está sendo dirigida pelo camarada Davidson, um técnico, um comunista, uma personalidade séria que está dinamizando a empresa, o que incomoda muita gente e vai incomodar muito mais porque competência, seriedade e ética é o que não falta aos comunistas, especialmente ao nosso camarada Davidson Magalhães.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, o Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Caro Sr. Presidente, deputado Rogério Andrade, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, imprensa falada, escrita e televisada, vejam que o deputado Álvaro Gomes desafiou a imprensa da Bahia.

Ontem a nossa Bancada discutiu exaustivamente a grave situação financeira do nosso Estado, reconhecida tacitamente pelo Exm^o Sr. Secretário da Fazenda em correspondência dirigida a mim, ou seja, ao Líder da Minoria. Isso ocorreu por uma provocação minha em correspondência dirigida a ele, tendo em vista matérias publicadas nos jornais da cidade, na mídia falada e televisada, segundo as quais o Estado não está pagando aos fornecedores.

Hoje, o jornal *A Tarde* apresenta a notícia de que o governo pode fazer bloqueio não mais de 700 milhões, mas de 1 bilhão de reais.

(Lê) *“Atender as metas fiscais aprovadas, não ultrapassar o limite de despesas de pessoal e encargos estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, cumprir a programação de investimento prevista no PPA e no Orçamento aprovado para este exercício é grande desafio do atual Governo.*

Desafio este, que o Governo, apesar de ter transmitido na Audiência Pública e no Relatório apresentado uma situação bem favorável, agora confessa seu pecado, quando, em reportagem ao Jornal a Tarde e correspondência enviada a esta Liderança, assume as dificuldades que o Estado vem enfrentando, tomando a decisão de bloquear não R\$ 700 milhões, mas R\$ 1 bilhão.

Segundo, o próprio Secretário afirma na reportagem, as despesas de pessoal aumentaram 16% em relação a 2008, o que é natural, e em março já atingiu 55% da receita líquida do Estado, ficando próximo do limite prudencial 57%, que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

As despesas totais aumentaram no trimestre em torno de 10%, o que não ocorreu com a receita que vem reduzindo.

Então qual a saída para realizar os INVESTIMENTOS, pois segundo o próprio, as Receitas Correntes do Estado, atendem as despesas de custeio da máquina administrativa, mas compromete os Investimentos.

O Estado tem procurado buscar outras Fontes de Financiamentos, ou sejam

operações de créditos, como a recentemente autorizada para o BNDES, no valor de R\$ 387 milhões, e ontem foi autorizado pelo Senado Federal, uma operação no valor de US\$409 milhões de dólares, que corresponde a R\$ 845.812 milhões (cotação de R\$ 2.068, empréstimo este a juros de 3,7% ao ano, 20 anos para pagamento, através do BID.”

Então, a assessoria da Liderança da Minoria, debruçada sobre essa grave situação financeira do nosso Estado, ressalta que o Estado terá de atender a todas as exigências previstas para assinar o contrato, não ter nenhuma pendência nem nenhuma inadimplência. E nós sabemos - isso foi investigado pela Liderança – que o Estado está inadimplente com o governo federal, logo não pode assinar o convênio. Tem que regularizar o mais rápido possível a situação do Estado junto ao governo federal.

Para concluir, Sr. Presidente Rogério Andrade, numa última análise, temos que ficar atentos como o governo do Estado vai aplicar esses recursos, temos que exigir um plano de aplicação para que possamos votar também esse empréstimo, não podemos ficar dando cheque em branco a este governo que não cumpre acordos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado José Nunes por 5 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, assisti atentamente ao pronunciamento do nobre deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria nesta Casa, e ele disse muito bem sobre a questão do empréstimo de 375 milhões aprovado nessa madrugada. É realmente estranho, nobre deputado, o governo não dizer em que vai aplicar esse recurso, como me parece que esse pedido de 400 milhões de dólares, que representam alguma coisa coisa perto de um bilhão de reais, vem para esta Casa também sem um plano de aplicação. E aí começa a ficar difícil acreditar que esse governo queira fazer a coisa com seriedade.

Ontem, também foi aprovado, contra a vontade da Minoria, e acredito também, que da bancada dos insatisfeitos, mas que votaram, votaram. A bancada dos insatisfeitos, que é a bancada maior desta Casa...

Ontem tive oportunidade de dizer que aqui temos hoje três bancadas: a Bancada do governo, a Bancada da minoria e a bancada maior, formada pelos insatisfeitos e arrependidos. E disse também que se os projetos fossem votados por voto secreto certamente o governo não conseguiria aprovar um só projeto nesta Casa.

Mas, voltando à questão dos financiamentos, vemos com tristeza, deputado João Carlos Bacelar, o governo contraindo empréstimos em cima de empréstimos, 375 milhões ontem, 70 milhões para tomar do Funprev, que é dos funcionários do Estado e agora vem mais uma bagatela de 800 a um bilhão de reais que ontem foi aprovado no Senado. Espero que o governo venha com um plano de aplicação desses recursos, porque dessa forma não dá para entender, porque é quase um bilhão de reais que foi aprovado, ontem, no Senado e precisamos saber em que será efetivamente aplicado. Fica difícil entender: no momento em que o governo pensa em retirar um

bilhão do plano de aplicação, toma mais um bilhão e não sabe em que vai aplicar.

Devo dizer, por último, que hoje pela manhã, às 10h, enfim, realizamos a reunião para tratar da liberação das emendas. Foi uma reunião, de certo modo, proveitosa, onde estava a representante do governo, o deputado, Líder do governo, Waldenor Pereira, e acordamos que de imediato o governo iria liberar 400 mil reais para cada deputado. Perguntaram-me quando, e eu respondi que do jeito que esse governo é célere, tenho a impressão que é para ontem de manhã. De forma que esperamos que dentre em breve todos os deputados estejam apresentando suas propostas, seus projetos e assim, certamente, o governo irá liberar 400 mil reais em emendas parlamentares para resolver pequena parte dos problemas dos municípios do nosso Estado, nobre deputado Gilberto Brito.

Mas, de qualquer maneira, para quem estava sem nada já é um bom começo, já vai resolvendo as questões das emendas e isso pode ser representado através de hora/máquina de trator, através do Derba, pode ser representado através de uma quadra de esporte, uma única para cada deputado, como também poderá ser o complemento através de obras de recursos hídricos, com liberações através da Cerb. De forma que eu peço aos colegas, principalmente da Bancada da Oposição, que possa, efetivamente, apresentar os projetos para que a gente possa encaminhar ao governo do Estado e assim, certamente, teremos a liberação com a celeridade que esse governo sempre agiu, e de forma que, em breve, não tenho dúvida nenhuma, os deputados estarão satisfeitos e voltarão aqui ao Plenário desta Casa para votar, com muita satisfação, os projetos apresentados pelo nobre governador Jaques Wagner.

Fica aí esse registro, nobre deputado Gilberto Brito, na esperança de que o governo possa cumprir, com muita rapidez, com muita celeridade a liberação das emendas parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, o deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores jornalistas, senhoras e senhores das Galerias Paulo Jackson, realmente a situação do Estado, eu diria, apresenta um quadro em que podemos considerar caótico. Ao longo desses mais de dois anos de governo a Oposição tem denunciado aqui a incompetência da gestão em diversas áreas do governo: na segurança, na saúde, na educação, e os dados estão aí a provar o que temos falado.

E agora, com a questão da crise econômico-financeira mundial que afetou drasticamente a Bahia, apesar de que inicialmente até o próprio governador achava que era uma marolinha mesmo, como disse o presidente Lula, mas que na verdade não é nenhuma marolinha, e é preciso que os governos estaduais e o governo federal encarem essa realidade com a seriedade que a crise merece, pois mesmo estados que estão passando por crises a gestão continua firme e boa. No caso aqui da Bahia, como

já vinha com problemas, piorou, deputado Heraldo Rocha. Como V.Ex^a disse aqui mesmo, o próprio secretário admitiu que o Estado está falido. Mas as questões principais que hoje surgem são, eu diria, de fundo. Na questão da saúde, por exemplo, temos o problema da gripe suína, chamada gripe H1N1A, que afetou o mundo todo, com origem no México, e estamos vendo aí mais de 4 mil casos registrados no mundo todo, mas com apenas 60 mortes, em torno disso.

Temos na Bahia, não estou falando do País, não, a dengue com 55 mil casos e mais de 60 mortes. A meningite este ano, na Bahia, já matou 37 pessoas. Foram 301 casos registrados e são dados da Secretaria da Saúde. Realmente, a situação é grave, e a questão da saúde tem sido denunciada desde o início deste governo.

Estamos vendo na área da segurança que não há nenhum entrosamento entre as Polícias Civil e Militar. E agora mesmo a Polícia Civil está em greve, hoje completa três dias consecutivos, está exigindo 100% de aumento, mas o governo está oferecendo 30% em 3 anos. E olha que o sindicato está dizendo que essa é apenas uma das três paralisações previstas para os meses de maio e junho.

Hoje os estudantes das escolas estaduais estão fazendo protesto no centro da cidade por melhorias no ensino público, por infraestrutura melhor nas escolas. E já denunciemos aqui que neste governo não foi construída sequer uma escola estadual em todo o Estado da Bahia. Desafiamos aqui para que apresentasse uma escola construída e ninguém apresentou um dado que tenha sido construída alguma escola estadual no Estado da Bahia neste governo.

Estão aí os estudantes protestando por melhoria no ensino, por melhoria na infraestrutura dos estabelecimentos de ensino e por pagamento dos prestadores de serviço da área de limpeza que estão em greve. E as escolas estão sujas. Além do ensino de qualidade duvidosa, as escolas estão com esse problema de limpeza, de higiene, porque os prestadores de serviços estão em greve por falta de pagamento.

E ontem falamos aqui da questão do transporte interestadual e estadual, os ônibus de passageiros estão sendo assaltados nas estradas baianas. Anteontem os bandidos assaltaram um ônibus leito que vinha de Guanambi para Vitória da Conquista e para Salvador.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Agora, aqui estamos vendo a notícia sobre um ônibus da CVC que foi assaltado com 45 turistas, em Trancoso, Porto Seguro. Portanto, não há segurança para o cidadão, não há segurança para os turistas que vêm ao Estado da Bahia. Onde é que vamos parar?

Por isso, realmente, é preciso que o governador Jaques Wagner tome providências e atue para melhorar a segurança pública, para melhorar a educação, para melhorar a saúde no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu ia falar agora sobre a quebra do caixa do governo Wagner. Mas, depois de tanta bravata do deputado Álvaro Gomes que desafiou todo mundo, eu vou voltar a falar sobre o famoso cabide de emprego comunista, segundo o jornalista Janio Lopo.

Deputado Álvaro Gomes, V.Ex^a não devia desafiar a Imprensa, os deputados, e sim o secretário Batista Neves, que é o responsável pelo cabide de emprego comunista, mais conhecido como Bahiagás, que contratou – agora estou em dúvida! – sessenta estagiários indicados pelo PCdoB, porque, no governo Wagner, o que vale é o cartãozinho e, na Bahiagás, há cartão de deputado pelo PCdoB.

V.Ex^a indicou algum estagiário? Porque, segundo *A Tarde*, foram mais de sessenta estagiários indicados pelo PCdoB. Aí é fácil estar no movimento estudantil! Lógico: se o PCdoB quer ter penetração no movimento estudantil, como é que vai conseguir? Contratando estagiários! Cartão camarada também!

Mas o deputado Álvaro Gomes fica desafiando todo o mundo e me desafiou em dezembro! Deputado, desafie o secretário Batista Neves, a mim, não!

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Álvaro Gomes, V.Ex^a já teve oportunidade no Pequeno Expediente.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Fique calmo, porque ainda vou falar sobre o jantar no restaurante Pereira. Estou falando só dos estagiários, depois vou falar dos patrocínios da Bahiagás. V.Ex^a não é muito ligado ao movimento cultural, então não indicou infelizmente, ninguém para estagiar lá. Quero que me diga qual foi o patrocínio que a Bahiagás deu à área cultural e que não tenha sido indicado pelo PCdoB.

É assim o governo Wagner: o governo transparente, republicano, que aparelha e usa a máquina estatal! Qual é a diferença da extrema direita para a extrema esquerda? Um se aproveita da máquina estatal para a expansão capitalista e o outro para se manter no poder e ter a possibilidade de pôr os camaradas para mamar nas tetas do governo. É essa a diferença!

Mas, olhe, não sou eu, deputado Álvaro Gomes, que estou dizendo, não! Segundo o jornalista Jânio Lopo, o presidente da Bahiagás, militante do PCdoB, gosta muito de eventos em geral, de, com o dinheiro do governo, comprar brindes caríssimos para presentear empresários. Faz festas caríssimas, como o jantar do Natal, em 2007, no restaurante Pereira, que fica na Barra e do qual os capitalistas baianos gostam muito! Poderia ter feito esse jantar no Alaíde do Feijão, no Pelourinho, mas não o fez lá, foi fazê-lo no Pereira. Lá estavam deputados federais e estaduais, secretários, uma figura muito importante do PCdoB, que, por muito respeito, não vou citar o nome, e as respectivas esposas. E na festa de São João, este ano, em que não havia nenhum integrante do PT nem do PMDB do secretário? E a Bahiagás é subordinada à secretaria da Infraestrutura! Sabe o que é que o secretário Batista Neves diz? Que não concorda com os métodos do presidente da Bahiagás!

Que saudade da Coelba do governo Waldir Pires, porque a situação da Bahiagás é pior do que a da Coelba naquele governo!

Eu não queria tocar no assunto, mas já que V.Ex^a me desafiou...!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou com inveja dos comunistas. Não se fazem mais comunistas como antigamente. Agora eles estão indo no restaurante Pereira, na Barra, um dos restaurante mais caros, tomar uísque. Eu infelizmente, deputado Misael, vou ao Donana, rateio lá um prato de camarão que dá para duas pessoas, comem até três, o preço é lá embaixo. Vale a pena ir. Os comunistas não vão porque estão em outro padrão agora, é uísque importado no Pereira pago, Deus sabe lá, com que recursos.

Mas, Srs. Deputados, o desespero do governo Wagner ficou muito claro quando da vinda do secretário da Fazenda que tinha enganado a Imprensa tanto através da televisão, das rádios, dos jornais, dos *blogs*, colocando a mentira de que tinha R\$ 1 bilhão de recursos do Tesouro no orçamento do Estado.

Quando ele aqui veio, infelizmente, coube a mim desmascará-lo. Quando ele confessou, através de um dos questionamento que fiz, aliás fiz 22, ele só respondeu dois, depois se negou a responder o resto, até porque não tinha como responder, dizendo que era um balanço fantasioso só para cumprir a meta fiscal que ele colocou ali, deputado Heraldo Rocha e deputado Luiz de Deus, recursos de convênios, recursos do Funprev, recursos da Saúde. Maquiou. Quando então eu fiz a segunda indagação, quando dizia que era maquiado que ele confirmou, fui então para os R\$ 220 milhões de empenho que ele cancelou, empenho já liquidado, perguntei para ele como os secretários iriam justificar no Tribunal de Contas. Ele ficou nervoso de vez e não quis responder mais nada. Mas eu peguei o CD e mandei para o Tribunal de Contas. A Comissão de Finanças aprovou o meu requerimento e solicitou uma auditoria especial nas contas do governo. Aí que o governo ficou doido de vez!

É como o deputado José Nunes colocou muito bem ontem, deputado Paulo Rangel, “o grupo dos arrependidos” está num desespero total porque foram abraçar, muitos não têm nem como voltar e os que foram estão vendo se dá porque abraçaram este governo confiando nas promessas falaciosas, mentirosas. O desespero chega a tanto que ontem deixei registrado nos Anais desta Casa o parecer do deputado do PT, Yulo Oiticica, dizendo em claro e bom som no seu relatório que este governo não iria ouvir o sindicato que representa os servidores públicos porque isso seria só para burocratizar, porque o governo não iria se submeter a opinião de servidores públicos - está no parecer de Yulo Oiticica- porque ele não precisa, porque tem autonomia para mexer no dinheiro que era dos funcionários públicos a hora que quisesse.

Isso me parece a volta aos tempos da ditadura. Se quiserem um exemplo mais recente vejamos a época de Collor que confiscou dinheiro da poupança sem consultar os contribuintes. E este governo que favoreceu e que agora apoia Fernando Collor no Congresso Nacional dando a ele uma das comissões mais importantes, copia o modelo de Collor confiscando o dinheiro que pertencia aos servidores públicos.

Mas eu realmente não acreditava, deputado Paulo Rangel, que... Aliás, o

desespero é tão grande que hoje, o deputado Álvaro Gomes, desafia a Imprensa. Oh, meu Deus, eu já vi deputado federal dizer que se lixa para o povo, agora tem um aqui que não respeita a Imprensa, que é Álvaro Gomes, quando diz que desafia a Imprensa da Bahia por causa de uma nota que não foi favorável, mas verdadeira, de um jornal de credibilidade, de um jornalista de credibilidade que é Jânio Lopo, respeitado por todos que fazem política na Bahia. Mas o desespero diz que não.

Mas, finalizando, como prometi, estou aqui porque não imaginava que o descontrole do governo fosse chegar ao ponto de passar informação errada para o Líder. Então como disse ontem, não tive 1 milhão e 200 de obras liberadas, tive apenas duas obras liberadas: a emenda de minha autoria nº 14.316/2007 e a emenda 14. 317/2007. A primeira referente a Antônio Gonçalves, do sistema de abastecimento de Lagoa Grande; e a segunda, do povoado de Contorno, no município de Capela do Alto Alegre. Vejam, o Líder do governo diz que é mais de 1 milhão e 200...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente, veja só, deputado Paulo Azi, de 1 milhão e 200 passou para 134 mil. Não acredito, até porque conheço o deputado Waldenor, ele não mentiu, ele foi mal informado pelo governo, não tem informação e passa o constrangimento o Líder deputado Waldenor. São duas emendas...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Gaban, há outros oradores inscritos.

O Sr. GABAN:- (...) são as emendas que valem. O que não vale e não pode prevalecer é a mentira e o debate que V.Ex^a trouxe hoje, deputado Paulo Rangel, quero participar...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Vamos abrir esta Casa para que a imprensa tenha conhecimento e veja os meandros desse governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos. (Pausa)

Concedo a palavra ao grande deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos, com um pouco mais de tolerância se assim o mesmo desejar.

O Sr. BIRA CORÔA:- Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras servidoras, senhores visitantes, faço uso da palavra nesse momento pela data de hoje, 13 de maio, que representa na história política social e econômica deste País, tratada e apresentada como uma data importante. Nós, originários do povo negro deste Estado e deste País, não temos essa data como uma data a ser comemorada com a glória que incutiram na nossa história, Sr. Presidente.

Primeiro, porque o 13 de maio que simboliza a libertação dos escravos ou o fim da escravidão no Brasil, não passou de um golpe implementado na época para

reconhecer um fato já em evidência. Na época, em 1888, 80% da população negra já tinham atingido praticamente a libertação. Existia um movimento internacional muito forte sobre o Brasil, existia um movimento nacional em todas as partes deste País em prol da liberdade e do fim da escravidão no País. Não é à toa que profissionais liberais, políticos e entidades já faziam o enfrentamento, principalmente artistas que faziam manifestações públicas contra a escravidão e, conseqüentemente, o sistema golpeou o movimento, dando a liberdade, entre aspas, porque ao dar a liberdade no dia 13 de maio, no dia 14 colocava em vigor uma lei tão perversa quanto a escravidão, intitulada lei da vadiagem. E quem eram os vadios? Negros libertados em menos de 24 horas, sem acesso à educação, sem direito à moradia, sem ter um emprego, com a dignidade rasgada por estar nas ruas, por uma luta de mais de 200 anos, sem sequer ter perspectivas.

Também é um outro fato contestado, nobre deputado João Carlos Bacelar, porque os negros da época, os nossos ancestrais tinham previsão de vida e já reclamavam direitos constitucionais. Por exemplo: direito e acesso à educação para os seus filhos, já reclamavam o direito ao mercado de trabalho, já reclamavam o recebimento de salários pelos serviços prestados e, conseqüentemente, no dia 13 de maio uma simples lei denominada Lei Áurea desencadeia um processo outro de condução da sociedade brasileira, que foi incutida nos Anais da nossa história como a libertação dos escravos ou o fim da escravidão.

Mas para nós, que permeamos esse movimento, ela foi registrada como mais uma marca da perversidade implementada pela exploração do homem pelo homem. E assim nos tornou o Estado mais negro fora os da África. Estamos na região mais negra do País, que é a de Salvador e da sua Região Metropolitana, estendendo-se até o Recôncavo.

Temos o privilégio de ser o País do mundo que tem a melhor preservação das culturas de matriz africana, envolvendo a religiosidade, a cultura popular, a forma de ser e os traços biológicos e genéticos. Por outro lado, ainda vemos, no Brasil e neste Estado, os afrodescendentes constituindo a maioria da população carcerária; o maior índice de desemprego; as piores condições de moradia, em bairros sem a mínima infraestrutura.

Somos a população que sustenta este Estado, com a maior força de trabalho no campo e na cidade...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- E aí, Sr. Presidente, não podia deixar de usar o dia de hoje, 13 de maio, para registrar nesta Casa o nosso posicionamento. Este é o momento de o Brasil, a Bahia e a nossa cidade do Salvador fazerem esta reparação: igualdade de direitos a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, pelo tempo restante de 2 minutos, o nobre deputado Misael Neto, Líder do Democratas.

O Sr. MISAE NETO:- Agradeço a gentileza de V.Ex^a, deputado Rogério

Andrade, e também agradeço ao deputado Bira Corôa por ter utilizado o tempo dentro do prazo.

Mas, deputados João Carlos Bacelar e Bira Corôa, V.Ex^{as} que são representantes de Camaçari, gostaria de falar sobre uma notícia que saiu no *Correio On-line*, à 1h da tarde, com o seguinte título: (lê) “*Braskem anuncia fechamento da fábrica no pólo de Camaçari.*”

Em mais um sinal de que a crise econômica não acabou, a Braskem anunciou, nesta quarta-feira (13), que vai paralisar uma fábrica no pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia.

A empresa, encarregada da produção de caprolactama, matéria-prima utilizada na fabricação de nylon, tem no seu quadro de 106 empregados...

Em nota, a empresa informou que 'ainda analisa oportunidades de aproveitamento desses integrantes em suas unidades ou em parceiros'. A decisão 'levou em conta uma avaliação criteriosa das dificuldades conjunturais que os mercados brasileiro e internacional atravessam atualmente', informou a companhia em comunicado.”

É um informe oficial da Braskem, que fecha mais uma de suas fábricas no Polo Petroquímico de Camaçari, deputado Heraldo Rocha. Essa é uma preocupação de toda a Bancada da Oposição, que tem visto não só deixarem de vir investimentos que deveriam ter vindo para a Bahia, que sempre foi protagonista do desenvolvimento econômico do Nordeste, como também está assistindo a empresas aqui já instaladas fugirem da Bahia.

Ou seja, aquelas empresas que foram implantadas durante longos anos, através de uma política de atração de investimentos dos governos de Antonio Carlos Magalhães, Paulo Souto e César Borges, que por tanto tempo trouxeram desenvolvimento para a nossa Bahia, agora estão fechando as portas.

Esse é mais um sinal da incompetência deste governo, que, além de não atrair investimentos, não ajuda as empresas que passam por dificuldade. E assim elas deixam de operar e, conseqüentemente, de gerar emprego e renda no nosso Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Javier Alfaya, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente Rogério, deputados e deputadas, amigos da imprensa que se encontram nesta tarde acompanhando os trabalhos do Plenário, amigos e concidadãos que se encontram acompanhando das Galerias esta sessão, posterior a uma sessão que terminou às 3 da manhã, hoje mesmo, de grande importância, porque, após um intenso debate, se aprovou uma matéria de grande relevância para o funcionalismo do Estado da Bahia e também de grande importância

para o bom gerenciamento das finanças públicas do nosso Estado que foi a proposta de readequação de uma parte do fundo, do Funprev, para que nós não tivéssemos nenhum tipo de surpresa negativa no concernente ao pagamento das aposentadorias e pensões que o fundo realiza ou se compromete com aqueles que se aposentam, que recebem pensão depois de terem trabalhado ou de terem parentes que cursaram uma vida profissional no governo do Estado da Bahia.

Aprovada essa matéria, ficou no ar, na madrugada de hoje, uma série de polêmicas que vieram à tona no transcorrer deste debate. Como é natural, e acho que isso é extremamente positivo no Parlamento, vieram assuntos, alguns diretamente vinculados à matéria em debate e outros paralelos ao assunto, mas que, bem ou mal, por um caminho ou por outro, se tocam ou tocavam naquilo que estava sendo o objeto central da discussão, porque, ao se discutir o projeto de origem do nosso governador Jaques Wagner, se discutia o perfil da administração nossa, do nossos partidos, do nosso governo, se discutia inevitavelmente a comparação entre os modelos que se aplicaram na Bahia e no Brasil e aquele que é aplicado agora, em nível da gestão presidida pelo presidente Lula e aquele que é coordenada e dirigida pelo companheiro Jaques Wagner, do Partido dos Trabalhadores, e todos os partidos aliados e construtores desse projeto de renovação da Bahia, como é o caso do meu partido, o PCdoB, Partido Comunista do Brasil.

No transcorrer dessas discussões, veio à baila uma polêmica sobre o neoliberalismo, deputado Misael, V.Ex^a, que é advogado de formação, seu pai foi dirigente do Sebrae, político experiente, já foi prefeito duas vezes de Juazeiro, portanto, vem de uma família que faz política no Norte do nosso Estado e que tem por essa razão mesmo os seus vínculos, seus compromissos com a sociedade baiana, V.Ex^a é deputado, representa também, assim como eu em menor monta e o deputado Pedro Alcântara, o município de Juazeiro, assim como o deputado Roberto Carlos, uma parte da região Norte do nosso Estado, à beira do São Francisco, penso que, ao discutirmos e compararmos modelos, isso não pode ser interpretado como agressão pessoal àqueles que estiveram à frente das administrações neste ou naquele outro tempo.

Eu me refiro, não especificamente ao deputado A, B ou C, nem mesmo àquele companheiro e amigo Arthur Maia, que fez um discurso muito emotivo se dirigindo muito a mim, como se a minha fala tivesse tido uma conotação pessoal ou vinculada à figura dele, à trajetória dele, à imagem dele ou o que ele representa. Não quero que haja qualquer confusão quanto a isso. O meu discurso foi uma questão de ordem de no máximo 5 minutos respondida por Arthur Maia em 20 minutos, seu tempo era bem maior, e eu quero dizer, para que fique plano, que não houve no meu verbo nenhuma expressão de ataque pessoal a Arthur, desqualificação ou qualquer coisa desse tipo.

Quis polemizar com Arthur, não quero fazê-lo mais hoje à tarde, mas quero continuar a discussão sobre o neoliberalismo, as consequências sobre o Brasil e, agora, em 2009, neste dia 13 de maio, as consequências sobre o nosso Estado, as finanças e as iniciativas que esta Casa vai receber do governo e as iniciativas que esta Casa poderia tomar, se nós entendêssemos que deveríamos usar mais intensamente o

poder deste Poder, o poder da Assembleia.

Sou um defensor do Legislativo e não concordo com essa campanha que, mais uma vez, implementa-se com força como na época de Ulysses Guimarães, na época da Constituinte, quando grandes empresas de comunicação do País, uma parte da grande mídia fez carga contra o Legislativo.

Evidentemente que o comportamento de um deputado como Edmar, o comportamento de outros tantos deputados e deputadas, aqui e acolá, decepçiona à sociedade brasileira, abre brecha para todo tipo de crítica, inclusive da crítica daqueles que não querem valorizar o Poder Legislativo, porque este é o único dos três poderes constitutivos da República que é baseado na velha lição de Montesquieu na época da Revolução Francesa: representa a maioria das minorias.

Aqui está o partido de um só deputado, que é o partido do companheiro Capitão Tadeu, representante do PSB. Aqui está o PTN, que só tem um representante, o companheiro João Bacelar. Mas aqui também estão partidos como o Democratas, com 11 deputados, e o PT, com 10. E estão os comunistas, nós, com três representantes, e o PDT, com dois. Há uma variedade que representa, que expressa a variedade que há na sociedade. Se a sociedade brasileira, ou baiana, representa-se ou se organiza partidariamente assim ou assado é uma questão da sociedade, e no seio dela há a batalha pelo voto, que dá a representação no Legislativo.

Os Legislativos brasileiro e o baiano têm que ser corrigidos – não vou demorar muito nisso -, mas sou defensor da revisão do nosso Regimento Interno o mais rapidamente possível. Sou a favor de se votar na semana que vem projetos da lavra de deputados e deputadas, que é uma tese antiga que defendemos. Ou mesmo, deputado Gilberto, V.Ex^a que tem retomado essa discussão, projetos oriundos de comissões técnicas, o que o nosso Regimento permite. E mais ainda: projetos originados do movimento popular. A nossa Constituição, a Constituição brasileira permite projetos de lei oriundos da sociedade.

Foi acatado pelo Congresso na semana passada o projeto de reforma universitária elaborado pela União Nacional dos Estudantes - UNE. A comissão do Congresso Nacional que absorve ou que filtra os projetos oriundos da sociedade acatou para si, como sendo de sua autoria o projeto da UNE de reforma universitária. Então, a UNE pauta dentro do Congresso Nacional um projeto que, ao lado daquele feito pelo MEC e o presidente Lula, e os de outras tantas iniciativas, ajuda à belíssima discussão sobre a reforma do sistema universitário do Brasil, que é parte do grande debate sobre a reforma da educação brasileira, deputado Luiz de Deus.

Esse mecanismo também poderia ser utilizado... neste caso, poderia até ser criado na Assembleia, pois não temos uma comissão desse tipo. Receberíamos o projeto se ele tivesse 1% de assinaturas, reconhecidas, de eleitores registrados no TRE. Então, seríamos obrigados a acatar, a Mesa seria obrigada a acatar, um projeto de origem popular. No caso do Congresso, há um outro sistema, que é uma comissão que filtra projetos mesmo não-originários, mesmo não tendo 1% das assinaturas. Filtra e assume como sendo de sua autoria e encaminha para o restante do Congresso através da tramitação normal.

É interessante, que li ontem ou anteontem num jornal, isso que ocorreu com a UNE neste ano em que ela comemora os 30 anos de sua reconstrução aqui, em Salvador. Aconteceu em maio de 1979, quando Antonio Carlos Magalhães era governador do Estado. Eu fiz parte da comissão de reconstrução da UNE, juntamente com o hoje deputado Aldo Rebelo, e o ex-presidente da entidade, Rui Costa, que também foi o primeiro baiano a presidir a UNE depois da reconstrução. Enfim, essas iniciativas...

Perdão, Rui César. Eu me equivoquei, foi um equívoco mesmo. Rui César Costa Silva e não Rui Costa, que é nosso companheiro secretário de governo.

Muito bem, eu faço essa digressão para defender o Legislativo. Acho que aqui devemos discutir coisas como o neoliberalismo, que é, também, o que eu gostaria de desdobrar mais aqui.

Considera-se um tanto curiosa a argumentação de que o neoliberalismo só foi aplicado de fato na Nova Zelândia. Contudo, sabemos que o neoliberalismo começou justamente em outro canto do mundo, na velha Europa, durante o governo de Margareth Thatcher na Inglaterra, lá pelo final dos anos 70 e início dos 80. Ela foi quem verbalizou e propôs que o modelo fosse assim.

A partir daquela velhíssima e conhecida reunião que houve em Washington chamada Consenso de Washington, da qual resultaram quase que uma centena de recomendações, postas no papel, o documento está na internet, recomendando, não só aos países ricos, mas, principalmente aos países da chamada periferia do sistema capitalista, uma série de medidas administrativas de reforma de Estado e da organização da economia. Entre outras, não quero aqui fazer uma grande digressão: privatização dos serviços públicos, privatização de empresas produtivas estatais, terceirização dos serviços públicos, flexibilização da estabilidade dos funcionários para permitir, inclusive, uma redução de custos com salários do funcionalismo, abertura da economia, livre circulação de capitais – vimos no que deu agora, 30 anos depois, ou quase 30 anos depois.

De lá decorreram uma série de organizações; que eu lembre assim de improviso, foi a OMC, que foi reforçada; foi criada o que veio a ser a rodada Dohan, que envolve a discussão sobre custos de alimentos e *commodities* etc. Ficou em aberto, graças a reação da França, País que pertence à elite, a criação de uma chamada articulação mundial de circulação de capital, uma coisa desse tipo, a AMC. Seria uma proposta de, junto com o Banco Mundial, FMI, OMC, seria uma proposta de livre circulação de capital, sem controle algum que, graças à velha França republicana, foi posta de lado. Mas que foi implementada em boa medida, na medida em que muitos governos adotaram o fim das defesas que tinham da sua moeda, deputado Luiz de Deus.

Então, se implementou a liberdade cambial, o fim do controle da taxa de câmbio, a livre circulação, entrada e saída do capital especulativo, compra e venda de ações com muita liberdade. No Brasil o especulador em Nova Iorque compra ações na Bolsa de São Paulo, digamos, numa segunda-feira e pode, na outra segunda-feira, reaver o seu dinheiro. Custa apenas 5 dias úteis no nosso sistema para um dinheiro

entrar e sair do País legalmente. Ilegalmente há um verdadeiro Rio Amazonas de vai e volta, sem controle do Banco Central, o que é o grande problema do País, a falta de controle sobre a nossa poupança interna.

De fato, mesmo no governo Lula, isso, ao invés de ter sido combatido com mais rigor, acabou sendo mantido, coisa que nós do PCdoB criticamos na política do nosso próprio governo, embora tenha sido o governo que tenha baixado as taxas de juros de 27%, - que foi a maior taxa que já houve no mundo recente - para 11,25, que ainda é uma taxa muito alta, especialmente que o consumidor continua pagando altas taxas de juros.

Eu ouvi ontem, no rádio, que um consumidor, por exemplo, na Insinuante, ou em qualquer loja dita popular que vende eletrodomésticos, paga até 250% de juros numa compra anual. E o crédito para pessoa física nos bancos baixou para os absurdos 48%.

Se a gente levar em conta que na Europa se empresta dinheiro a 2% ao ano, a 3% ao ano, e que aqui no nosso Bradesco, na Assembleia Legislativa, se empresta dinheiro a 48% ao ano, a gente percebe a escorcha à qual é submetida o povo brasileiro. Nisso eu acho, sim, que o Banco Central tem grande responsabilidade, e o governo Lula tem responsabilidade, embora nós tenhamos melhorado muito em relação ao que era na época de Fernando Henrique Cardoso. Mas ainda estamos com 48% para o crédito pessoal. Por exemplo, se o deputado Heraldo quiser tomar algum dinheiro emprestado para abrir uma clínica, por exemplo ... ele não precisa, está dizendo ali que não precisa, mas, digamos que queira tomar um dinheirinho no Bradesco para abrir uma clínica lá em Valença ou em qualquer lugar em que ele atue lá no Baixo Sul, teria que pagar algo em torno de 48, 50% ao ano, deputado Luiz de Deus. É muito pesado isso, e quando forem taxas baixas porque pode ser uma coisa pior e maior.

Então, é insustentável esse modelo, deputado Luiz de Deus, é insustentável. Isso dá na violência diária; isso dá no assalto à mão armada; isso dá e alimenta também, não é só o único fator, mas estimula essa desigualdade na qual uma pequena parcela tem grande poder de compra e uma grande massa fica assistindo uma pequena parcela consumir bens de luxo, o que provoca uma frustração, já que nós temos toda uma propaganda, uma mídia que fica encucando o consumismo de produtos, muitas vezes, descartáveis, desnecessários, para poder fomentar este sistema capitalista cruel que temos no Brasil. Precisávamos que no terceiro governo, dando sequência às vitórias de Lula, a companheira Dilma Rousseff...

O Sr. Heraldo Rocha:- Pensei que V.Ex^a queria o terceiro mandato de Lula!

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Não. Espero que a companheira Dilma Rousseff possa enfrentar a disputa do ano que vem, caso ela seja a nossa candidata. O PCdoB pode formular ou ajudar outra chapa, mas a tendência maior é estarmos com a companheira Dilma Rousseff. Esperamos, no terceiro governo de renovação do Brasil, poder aplicar medidas mais fortes visando o desenvolvimento, que tanto preocupa, por exemplo, o deputado Gilberto Brito.

O deputado se preocupa com o Semiárido baiano, a Chapada Diamantina, a

agricultura, a busca de mecanismos alternativos apropriados para pequenas e médias propriedades, a agricultura familiar e a problemática da guarda das águas, inclusive em subterrâneos. Coisas desse tipo só irão adiante, deputado Gilberto, se tivermos caixa, se tivermos dinheiro.

Guardar 4,5 % do PIB para fazer *superávit* num país que tem uma grave crise social é altamente questionável. Essa não é a tese do PCdoB, deputado João Carlos Bacelar. Defendemos senão o *déficit*, pelo menos o caixa igual, o zero a zero.

Ontem o governo Obama anunciou, por meio do secretário do Tesouro norte-americano, deputados Luiz de Deus e Álvaro Gomes, V.Ex^a que é bancário e especialista em finanças públicas, que os Estados Unidos vão ter um *déficit* de 13% do seu PIB.

Na Europa é escândalo nacional quando há 3% de *déficit*. A Alemanha teve um *déficit* de 4%, e os outros países reclamaram. Porém ela respondeu que tinha esse *déficit* porque sustentou o financiamento da expansão para o Leste e de algumas nações pobres do continente, e os outros países tiveram de se calar. Mas a Europa é a Europa e tem níveis de desenvolvimento e distribuição de renda muitíssimo mais altos do que os nossos.

Os Estados Unidos - maior potência do mundo hoje, embora já em processo de decadência e queda do seu poder - vão ter um *déficit* de 13%, deputado Luiz de Deus. E eu me pergunto por que o Brasil tem de ter um *superávit*. Por que o Brasil tem de guardar o dinheiro que consegue arrecadar a mais do que gasta?

Somos um País extraordinário, temos 4,5% de *superávit*. O Brasil não desperdiça dinheiro com a máquina pública, não tem uma máquina pública inchada e não gasta desnecessariamente. Embora haja problemas seriíssimos na administração pública, esse não é o problema principal.

Temos 4,5% de *superávit*, isto é, de caixa, receita guardada. Temos 200 bilhões de moeda forte, de dólar e de euros reservados no Banco Central, guardados para dar lastro ao real, que é hoje uma moeda respeitada em todo o mundo.

Isso é uma coisa importante, mas me pergunto: o que fazer com os assassinatos diários? O que fazer com as universidades públicas que precisam de novos laboratórios, mais vagas e cursos noturnos? O que fazer com os hospitais e escolas públicas da Bahia, de São Paulo, Brasília, do Amazonas ou Rio Grande do Norte? Por que o dinheiro do *superávit* não é gasto? Por que, ao invés de termos um *superávit*, não temos zero, ou seja, nem *déficit* nem *superávit*? Por que não utilizamos esse *plus* do PIB guardado anualmente nos investimentos que o Brasil precisa?

Essa é uma tese que já colocamos para o presidente Lula em três documentos da direção nacional do PCdoB. É a nossa posição, a posição do partido e uma crítica ao modelo que o próprio governo de que fazemos parte mantém. Achamos que particularmente neste ponto, o da taxa de juros e do comportamento do Banco Central para o combate à inflação, devemos melhorar. Espero que possamos superar esse problema no próximo governo, dirigido pela companheira Dilma Rousseff, se essa for a vontade do povo brasileiro. E já corrigi-lo, se possível, durante o governo Lula nos anos 2009 e 2010.

Acredito que essa situação, deputados, traz consequências negativas para a Bahia, que nunca teve uma conjuntura industrial e econômica muito sólida ou bastante forte que nos permitisse dizer que no passado já estivemos bem melhores que agora, não tivemos nunca isso, nunca fomos das principais economias do Brasil, embora estejamos em 6º lugar, mas muito distantes em termos de volume de produtos e de riqueza de São Paulo ou do Rio de Janeiro; de Minas Gerais, de Santa Catarina ou do Paraná.

Quero dizer que fico espantado, deputado, não sei se tem algum economista aqui presente no Plenário, mas São Paulo tem agora, deputado Luiz de Deus, 56% do meio circulante. O que é meio circulante? É a moeda que está em nossas carteiras, nos bolsos das mulheres e em conta-corrente. Como é que o Estado de São Paulo sozinho tem quase 60% da moeda que circula no País? É uma deformação do nosso modelo. Não pode um estado, por mais importante que seja, ter 60% do dinheiro que circula no País. E São Paulo tem 56% do meio circulante brasileiro, deputado Gilberto.

Alguns dizem que é um absurdo o investimento na transposição do Rio São Francisco. Quero dizer, deputado Gilberto, V.Ex^a que fala tanto do Nordeste, que todos os investimentos do governo federal em São Paulo não dão a linha 4 do metrô daquela cidade neste ano. Só a linha 4 do metrô, no município de São Paulo, são 4 bilhões e meio em 2009, o que não dá o dinheiro que o governo federal está gastando na infraestrutura do Nordeste.

Então, há um modelo historicamente montado no País, que é altamente deformador, que deixa o Nordeste, a Bahia, Sergipe, Paraíba, Rondônia, Roraima, Acre, Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, etc. de lado. Então, temos um modelo que tem que ser corrigido. Por isso, acho que as teses do governo Lula, através de Mangabeira Unger, quando propõe que o Nordeste seja a nova locomotiva na nova etapa de desenvolvimento do Brasil, são teses interessantes.

Por isso acredito que o governo Lula, quando retoma a Sudene e lhe dá outro formato, acredito nessa proposta; quando o governo Lula fortalece, ao invés de esvaziar os bancos públicos, o BNB, que é o Banco do Nordeste do Brasil, também acho importante essa tese e fico alegre com o fato de que em um ano o BNB conseguiu emprestar mais dinheiro do que em 5 anos passados. Isso é importante para o nosso País, para a Bahia e para o Nordeste. Acho que a Bahia é vítima desse modelo, acho que a culpa não é de Paulo Souto, estruturalmente não é, não é de ACM, que esteve no governo 3 vezes, não é de Otto Alencar nem de outros que passaram, que foram governadores, tampouco acho que seja de Wagner. É um problema histórico montado que as administrações podem agravar, diminuir, minimizar, atenuar ou aprofundar.

Acho que o nosso governo aqui na Bahia tenta atenuar o modelo histórico montado, que é cruel contra a Bahia. Nós fomos alavancados nos últimos 30 anos pelo Polo Petroquímico. Se a Brasken fecha as portas, como está sendo anunciado, é um tremendo baque no Polo Petroquímico e na economia da Bahia e é um prejuízo estúpido para o nosso povo, para a nossa economia e para a sociedade baiana. Então, é preciso compensar isso, no próprio polo, com outra fábrica, ou impedir que a

Brasken feche suas atividades, mas é preciso diversificar a atividade econômica da Bahia, porque para mim, termos o modelo em que 82% ou 83% dos investimentos estão na Região Metropolitana do Salvador, em detrimento dos outros 411 municípios do Estado, esse é um modelo absurdo.

Mas são dados de 4 ou 5 anos atrás a partir da Bolsa de Mercadorias da Bahia. Foi uma matéria sobre a Bolsa de Mercadorias, não temos Bolsa de Valores, e o dirigente dessa bolsa informava isso. Pode ser que isso já tenha diminuído, mas de qualquer forma há muita diferença entre o que se gasta e investe na Região Metropolitana e a Chapada Diamantina, por exemplo, e em outros cantos de nossa terra.

Então, Sr. Presidente, permita-me mais um tempo para que eu possa dar um aparte ao deputado Gilberto Brito, e dizer que acho que a redução da arrecadação dos impostos aqui em nosso Estado tem que ser vista como um fenômeno muito complicado. E a matéria do jornal *A Tarde* de hoje só faz acender mais ainda o sinal que já estava vermelho. O vermelho ficou mais aceso. Não o vermelho da luta do PCdoB nem da esquerda, é o vermelho do sinal que acendeu sobre a crise.

Acho que a Assembleia Legislativa tinha que tomar algumas iniciativas. Ao invés de apenas ficarmos debatendo, em tese ou teoricamente, o assunto, denunciando ou defendendo. Acho que nós tínhamos que tomar iniciativa como Poder Legislativo.

No que me diz respeito, pretendo sugerir na Comissão de Infraestrutura ao presidente Ivo, na qual entrei esta semana, eu saí da Comissão de Defesa do Consumidor e fui para a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Turismo, que convide uma série de personalidades da economia baiana e dirigentes do governo para discutirmos aqui a crise e vermos que iniciativa nós, aqui na Casa, podemos elaborar, não apenas votar a iniciativa do Executivo, deputado Gilberto, mas o que propomos também como legisladores e legisladoras, que somos 63 aqui na Casa. Eu acho que nós tínhamos de pensar nisso.

Quero, inclusive, convidar o nosso querido amigo e companheiro Davidson Magalhães, presidente da Bahiagás, para essa discussão de que agora há uma oferta de gás na medida em que caiu a demanda do Polo Petroquímico. É uma boa discussão, se é que há oferta excedente, o que fazer com essa oferta que sobra do gás? Redirecionar para o consumo doméstico em Salvador e Região Metropolitana? Direcionar para os grandes hospitais, para os *shopping centers*, para os grandes hotéis, para os grandes consumidores de energia? Poderia ser.

Então, qual é a política que a Bahia já está desenvolvendo? Acho interessante essa discussão, de maneira tranquila, serena, sem cairmos em brincadeiras inúteis e inconsequentes. Eu sei que o bom humor também tem que fazer parte do Plenário, senão muita gente vai ficar com gastrite ou com úlcera. Precisamos ter bom humor, porque a nossa cultura também é do bom humor, da alegria para enfrentar as dificuldades. O povo da Bahia sempre esteve alegre nos momentos difíceis e conseguiu encontrar caminhos de saída para os seus problemas. Se vocês me permitirem, já que não há muita gente inscrita, eu passo a palavra para dois membros

da Oposição terminarem por mim. Seria um prazer ouvir o deputado Gilberto e o deputado Luiz de Deus.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Javier, eu quero cumprimentar V.Ex^a por mais uma vez ter proferido da tribuna da Casa um pronunciamento rico em conteúdo, o que lhe faz, sem dúvida, ser tido e havido como um homem lúcido, preparado, culto e consciente das suas ações. Na minha visão, a Assembleia deveria se esforçar para que cada um de nós, dentro do limite da sua capacidade, pudesse carrear pensamentos, orientações e sugestões para o bem da sociedade. Eu sempre critico a Casa pela pobreza de ação desse tipo e eu quero, pois, cumprimentar a V.Ex^a pela riqueza que trouxe hoje à Casa com seu ilustre pronunciamento. Parabéns e continue sempre contribuindo para o bem da Assembleia da Bahia.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Obrigado, deputado Gilberto. O deputado Luiz de Deus tem a palavra.

O Sr. Luiz de Deus:- Deputado Javier, eu gostaria de parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento de V.Ex^a, que, mais uma vez, prova ser um dos deputados mais preparados daqui da nossa Assembleia, e sugerir a V.Ex^a que leve a ideia ao deputado Ivo de Assis, que faça um convite ao presidente da Bahiagás, porque eu acho que é um dos assuntos mais importantes que a Casa tem que discutir é o uso de gás no nosso Estado, já que a Bahia consome mais gás do que todo os demais Estados do Nordeste juntos, consome a metade do que consome o Estado de São Paulo e é o terceiro estado em consumo de gás natural. Até bem pouco tempo, antes dessa reserva de Manati, um dos problemas que tinha a Bahia era a insuficiência de gás natural para uso na nossa indústria.

Tive a oportunidade de falar sobre a ligação do gás do Sudeste, que vinha lá da baía de Santos até aqui a Bahia, na qual seria gasto aproximadamente 1,2 bilhão na construção do gasoduto, o Gasene, mas , depois da descoberta da reserva de Manati, realmente esse problema foi parcialmente resolvido. Fico contente quando vejo V.Ex^a dizer que hoje temos gás de sobra! Até bem pouco tempo, não tínhamos essa oferta de gás natural.

Acho que esse é um dos assuntos que merece uma discussão aprofundada na nossa Casa. Por isso, mais uma vez, gostaria de parabenizá-lo por ter trazido um assunto tão importante a esta Casa.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Estou repetindo informações de matérias veiculadas pela *Tribuna da Bahia*, de anteontem, se não me engano de anteontem, as quais terão de ser confirmadas pelo presidente da Bahiagás, que, certamente, virá, com o maior prazer, a esta Casa, onde já por duas ou três vezes, falar sobre esse assunto.

Concluo dizendo que esta data é fundamental, deputado Misael. Quero então reafirmar o meu compromisso pessoal e partidário na luta contra o racismo, pela igualdade entre homens e mulheres, entre todas as etnias e povos que formaram o Brasil. Que, um dia, a negritude brasileira possa ter as mesmas ou até melhores oportunidades que, historicamente, se constituíram no nosso País para a parcela branca da população da nossa nação. Sou defensor de uma nação moderna, sem preconceitos, aberta, na qual as pessoas tenham a mais aberta e livre possibilidade de

escolher seus parceiros, suas parceiras, combatendo, assim, o preconceitos, os bloqueios de classe e de raça, que se constituíram historicamente, a fim de que possam ser felizes e construir uma nação feliz como deve ser a brasileira.

Salve a luta da negritude brasileira!

Salve a luta dos escravos quilombolas!

Salve a luta do povo brasileiro pela igualdade, pela justiça e pela democracia!

Salvem os estudantes, as professoras e os professores do Colégio Estadual Duque de Caxias, que acabaram de chegar a Casa, à qual são muito bem-vindos!

Parabéns à juventude e aos professores do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Dentro do Programa a Escola e o Legislativo, informamos que estão em visita a esta Casa os estudantes do Colégio Estadual Duque de Caxias, que, por terem chegado agora, perderam um pouco da aula que proferiu o nosso querido colega deputado Javier Alfaya sobre o neoliberalismo.

Horário das Representações Partidárias.

Antes, porém, questão de ordem do deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, quero invocar desta Mesa o art. 198, do Regimento Interno desta Casa, que trata do capítulo relacionado às emendas constitucionais.

Tenho visto a Casa e os parlamentares sempre contestarem a aprovação de projetos oriundos de deputados estaduais. E a nossa Constituição, a despeito de outras constituições estaduais, tem de fato restringido, em muito, o poder legiferante dos deputados estaduais à medida que poda ou, pelo menos, cerceia a iniciativa de projetos originados desses deputados.

Apresentamos, em outubro de 2007, uma emenda constitucional, deputado João Carlos Bacelar, que tinha o propósito, justamente, de resguardar a capacidade de os deputados estaduais apresentarem projetos, já que o art. 77 da Constituição Estadual limita-os, em muito, pois diz que é competência exclusiva do Poder Executivo estadual a elaboração de matérias que versem sobre a geração de despesas ao Erário.

É evidente que qualquer projeto, por mais simples que seja, deputado Javier Alfaya, a sua natureza, a sua conceituação – desde a criação de um programa educativo, a instituição de uma data simbólica, etc. –, gera algum ônus.

Digo tudo isso com tranquilidade, na medida em que essa emenda foi subscrita por 21 parlamentares das diversas cores partidárias, deputado Waldenor Pereira, nobre Líder do governo. Pois bem, essa proposta, além de abrir a possibilidade de os deputados poderem apresentar projetos, evitará o constrangimento de o chefe do Executivo – seja ele quem for – ter de vetar, baseado no parecer da Procuradoria, determinadas proposições.

Tivemos aqui um exemplo simbólico quando o governador Jaques Wagner,

logo no início da sua gestão, vetou um projeto aprovado por esta Casa que instituiu uma lei relacionada aos autistas. Naquele momento, atendendo a um parecer jurídico da PGE que considerava as políticas públicas que haveriam de ser implementadas, o governador teve de vetá-lo. E acabou gerando um constrangimento quando esse veto foi derrubado por esta Casa numa votação secreta, deputado Luiz de Deus.

Foi com esse intuito que eu provoquei esta Casa. Até porque, por mais que alguns defensores do Poder Legislativo insistam em dizer que essa é única questão em relação à Assembleia Legislativa da Bahia, isso não é verdade.

Recentemente, a Bahia e o Brasil tiveram conhecimento de uma lei aprovada em São Paulo, oriunda do legislador, que restringe a utilização do cigarro em locais fechados. Essa lei foi sancionada pelo governador José Serra. Evidentemente, a estruturação dessa lei, a campanha publicitária, o poder de polícia para implementá-la, deputado Javier Alfaya, é do Estado.

Fiz uma pesquisa minuciosa em 17 outras Assembleias, e nenhuma delas, nobre presidente, é tão restritiva quanto à do Estado da Bahia.

Considerando-se que uma emenda dessa natureza necessita de um quórum extremamente qualificado, 3/5, para ser aprovada, em dois turnos, é evidente que ela não vai passar se não houver, de fato, o entendimento no sentido de esta Casa de encontrar, deputado Javier, uma alternativa que permita aos parlamentares a aprovação de matérias.

Vejo o esforço do nosso presidente com apelos à Comissão de Constituição e Justiça para que proposições de origem parlamentar sejam aprovadas. Mas, da forma como está, por mais boa vontade que tenha o presidente deste Poder, o chefe do Executivo será obrigado, tendo em vista a própria legislação, a determinados constrangimentos, já que há uma limitação muito flagrante.

Apresentamos, em 2007, nobre presidente, essa emenda constitucional que tem por objetivo possibilitar que os deputados, efetivamente, usem de uma das suas prerrogativas constitucionais, que é a de legislar.

Já passou muito tempo e esta Casa ainda não teve as condições normais de apresentar um parecer definitivo. Então eu invoco, Sr. Presidente, o art. 198 do Regimento Interno, que trata das emendas constitucionais: (lê) “*Art. 198 - Se a Comissão de Constituição e Justiça não emitir parecer no prazo regimental, o Presidente da Assembleia designará Relator especial, com o prazo de 5 (cinco) dias, para esse fim*”.

Então, contando com a sua a boa vontade, espero que V.Ex^a nomeie um relator que possa, efetivamente, apresentar um parecer. E não tenho dúvida de que a nossa proposição terá... Quero lhe fazer justiça, Sr. Presidente, pois fui Líder durante 2 anos e sempre tive no senhor um estimulador no sentido de apresentar projetos.

Mas, mesmo que façamos dessa forma, eu acho que o projeto sai prejudicado. E assim acabamos de nos usurpar de uma competência que é eminentemente do legislador, e não é prudente que a Casa perca essa capacidade. É importante que tenhamos a maturidade, a serenidade de poder retirar da Constituição estadual essa limitação que, volto a frisar e repetir, é muito limitadora. Das 17 Assembleias que

pesquisei, a Bahia é, de fato, a única que tem essa limitação muito flagrante, deputado Waldenor, conseqüentemente, cerceando a Casa, os deputados das mais variadas matizes.

Vimos aqui projetos interessantíssimos, de todas as cores partidárias, do governo e da Oposição, que pretendem, querem dar a sua contribuição, querem ter a sua passagem nesta Casa coroada com a aprovação de um projeto que efetivamente traga dividendos à sociedade e, de fato, deputado Javier, se persistir a forma como está concebida a Constituição Estadual, há uma limitação flagrante, e nós, evidentemente, não teremos, talvez, esse grande sentimento comum de apresentar projetos que tenham sua tramitação e não incorram num veto que é desgastante para o Poder Executivo e também para a Casa que, às vezes, se debruça entre o sentimento e a própria vocação política de cada parlamentar.

Então invoco o art. 198 para que V.Ex^a possa nomear um relator da Comissão de Justiça para que possamos nos debruçar sobre essa matéria importante. Era esse apelo e esse assunto que abordo nesta questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, gostaria de debater com o deputado Gildásio Penedo a questão de ordem por ele formulada, invocando o art. 198. De fato, trata-se de um assunto de interesse de todas as Assembleias Legislativas do Brasil. A União Nacional dos Legislativos, Unale, já, por alguns anos, vem tentando implementar nas Assembleias Estaduais do País alterações na legislação que possam permitir uma maior abertura nas proposições de parlamentares, incluindo aquelas em que fosse possível a geração de despesas.

Todavia, deputado Gildásio Penedo, queria, em primeiro lugar, convidar V.Ex^a para o debate e questionar o porquê de este assunto não ter sido viabilizado em legislaturas anteriores. Essa é a primeira questão importante. Por que não foi encaminhada nem alterada em legislaturas anteriores. A segunda questão, queria inclusive consultar o presidente Marcelo Nilo se a decisão de indicação de um relator especial é da competência do presidente da Assembleia ou do presidente da sessão, que conduz, dirige, extraordinariamente uma sessão.

É evidente que estava conduzindo a Mesa o vice-presidente da Casa, todavia o Regimento me parece bastante claro, em seu art. 198, já destacado pelo deputado Gildásio Penedo, quando diz que, se a Comissão de Constituição e Justiça não emitir parecer no prazo regimental, o presidente da Assembleia designará um relator. Por esse motivo questiono V.Ex^a se a competência de designação é do presidente da sessão ou do presidente da Assembleia. Na minha opinião, naturalmente, é do presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Vou concluir minha questão de ordem. Faço esse questionamento até porque são muitos os projetos, além desses que foram destacados pelo deputado Gildásio Penedo, que se encontram na Comissão de Constituição e Justiça, muitos deles ainda sem parecer da comissão. Se qualquer presidente de sessão estiver conduzindo, quando digo qualquer não é no sentido pejorativo, mas muitas vezes a sessão é

presidida por parlamentares que sequer são da Mesa Diretora, se de repente forem investidos do poder, da autoridade de indicar relatorias especiais, ficaremos numa situação difícil.

Portanto, quero consultar V.Ex^a, pois, em minha opinião, o Regimento é muito claro. O Regimento destaca que compete ao presidente da Assembleia Legislativa designar relator especial em caso da não-emissão de parecer pela Comissão de Constituição e Justiça quanto à constitucionalidade dos projetos de lei ou proposições apresentados à comissão.

Por outro lado, quero propor ao deputado Gildásio Penedo, até porque considero, também, que é um assunto de grande relevância, que abramos um debate, uma discussão a esse respeito, quem sabe na própria comissão de Constituição e Justiça, buscando as experiências dos demais legislativos que V.Ex^a destacou, 17 assembleias, trazendo essas contribuições para que possamos ampliar a prerrogativa do parlamentar de poder apresentar projetos de leis e proposições que gerem despesa, ainda que não seja em sua plenitude.

Portanto, Sr. Presidente, consulto V.Ex^a sobre o conteúdo do art. 198 destacado pelo deputado Gildásio Penedo, e convido o deputado para organizarmos uma agenda de debates a esse respeito. Considero, respeitosamente, que a questão de ordem dele não teria procedência se não fosse dirigida a V.Ex^a. Ainda bem que V.Ex^a chegou a tempo para deferir ou não a questão de ordem formulada.

Muito obrigado.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Gildásio Penedo Filho. Gostaria de que V.Ex^a fosse breve.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Primeiro, quero lamentar, porque percebo que o deputado Waldenor não entendeu o nosso espírito. O nosso intuito era ajudar a Assembleia Legislativa a sair da inércia em relação aos projetos de deputados estaduais.

Estou convencido, e não precisa ser um *expert* no mundo da constitucionalidade, de que se não conseguirmos mudar esse artigo, a grande e expressiva maioria dos projetos apresentados, por mais boa vontade, por mais interesse e acordos de Lideranças que podem surgir numa eventualidade de aprovação de projetos... Aliás, na maioria deles deputado Waldenor, nós nos esforçamos, tanto nessa legislatura quanto na passada, quando fazíamos um esforço comum para se dispensar as formalidades e votar projetos de deputados. O governador é obrigado a fazê-lo sob pena de vício de constitucionalidade.

Mas confesso que percebo que o deputado Waldenor, quando invoca uma situação em relação ao interesse político: o que poderia ter feito nesse momento ou naquele outro, não compreendeu o meu gesto.

Portanto, vou retirar a minha questão de ordem. Retiro a minha questão de ordem. O meu propósito é querer ajudar. Mas se a Casa, de fato, não quer avançar!... Acho até, deputado Heraldo Rocha, que se V.Ex^a quiser, como Líder da Bancada da Oposição, pode abrir essa possibilidade.

Agora, estou convencido, Sr. Presidente, que V.Ex^a, de fato – sei que é seu desejo –, tem vontade de fazer com que esta Casa Legislativa, como a grande maioria das outras no Brasil, aprove projetos de origem de deputado estadual. Se não mudarmos essa atuação, vamos ficar sempre entre o desejo da votação e a realidade de fato.

Portanto, percebendo que fui mal interpretado em relação à clareza e a fidelidade do meu propósito, retiro a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem todo o direito de retirá-la, mas a Presidência vai designar um relator, porque V.Ex^a alertou quanto à tramitação desse Projeto de Emenda Constitucional. O presidente foi alertado por V.Ex^a e não tenho outra alternativa a não ser designar um relator para, no prazo de 5 dias, apresentar um parecer.

O Regimento é muito claro: só o presidente da Casa pode designar um relator. Com todo respeito aos outros 62 pares, pois todos somos iguais aqui – estou apenas presidente –, mas o Regimento é muito claro quando diz que somente o presidente da Assembleia Legislativa. Como V.Ex^a lembrou, é um projeto muito importante para esta Casa e designarei um relator.

Vou designar como relator o deputado Gilberto Brito da Comissão de Constituição e Justiça, para no prazo de 5 dias emitir um parecer. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aliás, o deputado não está presente, pensei que ele estivesse aqui, vou pedir desculpas e procurar outro.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Mas pode...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, tudo bem, ele é um bom nome, se por acaso ele declinar coloco outra pessoa.

Estou designando o deputado Gilberto Brito para ser o relator e emitir um parecer no prazo de 5 dias porque o deputado Gildásio Penedo, corretamente, fez o levantamento de uma questão e a Presidência defere - a primeira questão. Agora, quero também lhes dizer que somente o presidente da Assembleia pode designar o relator conforme o art. 198.

Deputado Heraldo, V.Ex^a se dá por satisfeito?

Quem é o próximo orador, por favor?

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, queria neste momento saudar os perseguidos políticos de 92 que se encontram aqui e dizer que é importante, é fundamental a votação imediata do projeto que concede anistia aos servidores públicos perseguidos em 92 e os que sofreram perseguição política ou sindical. Esse projeto já foi enviado pelo Executivo, falta ser votado aqui, e é importante que essa

votação seja feita o mais rápido possível.

O Sr. Gilberto Brito:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Álvaro, estava aqui anteriormente, saí para atender a uma pessoa que estava a me chamar e fui ao meu gabinete. Lá liguei a *TV Assembleia*, ouvi e vi o aparte do deputado Gildásio Penedo a respeito da questão de votar os projetos de autoria dos deputados.

Eu, para ser bem franco, honesto e direto, pedi ao deputado Gildásio Penedo para que colocasse o meu nome porque eu ficaria profundamente confortável em poder instrumentalizar essa peça. Aqui chegando ainda há pouco na sala do cafezinho, o deputado Gildásio foi a primeira pessoa com quem falei. Ele me disse que, por coincidência, sem que ele tivesse externado qualquer manifestação, o presidente Marcelo Nilo teria indicado o meu nome.

Quero agradecer ao deputado Marcelo Nilo que deu uma demonstração viva de que, modéstia à parte, deputado, as plantas que, às vezes, dão fruto, a gente irriga e aduba. Também agradeço ao deputado Gildásio que, mesmo se mantendo silente, demonstrou a riqueza do seu caráter. Eu tenho na minha atividade pública o compromisso de ser útil à sociedade e procurarei sê-lo no exercício deste ônus que por mim foi colocado.

Muito obrigado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Incorporo o aparte do deputado Gilberto Brito, que é relator de uma emenda constitucional importante que tem como objetivo facilitar a votação de projetos dos parlamentares.

Retornando a minha fala, gostaria de fazer um chamamento à própria Bancada da Oposição no sentido de não dificultar a votação do projeto de anistia dos perseguidos políticos e também dos que sofreram perseguição no movimento sindical, os servidores públicos de 92.

Portanto, espero que esse projeto seja votado o mais rápido possível, ainda que não tenha havido a dispensa de formalidades, porque não houve a concordância da Bancada da Minoria, da Oposição, mas creio que esse projeto será votado o mais rápido possível, porque a Bancada do governo tem número suficiente para votar esse projeto, independente da Bancada de Oposição.

Queria também me referir, mais uma vez, a algumas colocações de alguns parlamentares. Quando fiz o desafio, e continuo fazendo, a quem se referiu, a quem falou, a quem criticou a Bahiagás – continuo fazendo o desafio... Na realidade, na minha formulação, eu desafiei aqueles – e a intenção é desafiar aqueles que estão denunciando, fazendo denúncias e críticas à Bahiagás e ao seu presidente. Uma das críticas feita à empresa faz referência a supostos gastos polpudos com patrocínio, etc, dizendo que a Bahiagás não pode patrocinar atividade cultural, e por aí vai. Quero deixar bem claro que a gestão da Bahiagás, de forma correta, implantou uma política de patrocínio regulado através de edital público de seleção. Portanto, esses são os projetos que são escolhidos através de edital. Atualmente são 17 projetos selecionados, no último edital de 2008, no total de 509 mil, sendo que, desse total,

quatro projetos estão no interior do Estado da Bahia.

Também outra crítica que foi feita aqui por alguns parlamentares – deputados Gaban, João Carlos Bacelar – refere-se a uma atividade realizada pela Bahiagás, num jantar no restaurante Pereira, na Barra. Na realidade, é normal qualquer empresa, de qualquer segmento, fazer atividade de apresentação de programas, de projetos, de apresentação de atividades, e foi uma atividade pública, feita publicamente para que todos pudessem tomar conhecimento. O objetivo dessa atividade, naturalmente, foi a de divulgar, apresentar a empresa para a sociedade, para os diversos segmentos. Portanto, nada demais.

Outra crítica que sempre colocam é no sentido de que a Bahiagás não tem plano de cargos e salários. Na realidade, não tinha. No ano de 2008, a empresa investiu R\$ 465.573 mil na capacitação dos seus empregados, demonstrando a preocupação de investir no desenvolvimento dos recursos humanos que é quem “leva” a empresas. A companhia também iniciou, em 2008, uma atividade de construção do Plano de Carreira e Remuneração e Competência/ PCRC. Isso é importante ressaltar. Além do mais, a Bahiagás vem desenvolvendo várias outras ações importantes, como a conclusão do primeiro inventário de todos os bens patrimoniais, a questão da aprovação e implantação do regimento interno, a elaboração do seu primeiro planejamento estratégico.

A outra crítica que foi colocada aqui pelos referidos deputados foi a contratação indevida de funcionários e o partidarismo da Bahiagás. Informaram que foram contratados 60 estagiários, 23 desses ligados diretamente à área de meio ambiente, todos ligados ao PCdoB.

Quero deixar bem claro que o sistema de contratação de estagiários da Bahiagás é feito através de convênio que a empresa possui com o Centro de Integração Empresa-Escola, CIEE, e o Instituto Euvaldo Lodi, IEL, visando o desenvolvimento de habilidades para a promoção da integração ao mercado de trabalho, de acordo com a Constituição Federal, através da operacionalização do programa de estágio de estudantes que realizam o recrutamento.

Portanto, essa é uma atividade. Não existe, como se colocou desta tribuna, nenhum cabide de emprego. Inclusive já fizeram essa denúncia ao Ministério Público, e lá não se registrou absolutamente nada. Onde dizem que há 23 estagiários ligados ao meio ambiente existem apenas, nobre deputado Gilberto Brito, quatro, não 23, como foi colocado. Continuo fazendo o desafio a quem denunciou aqui, seja da imprensa, seja parlamentar. Continuo desafiando alguém a provar qualquer que seja a irregularidade na Bahiagás, até nas contratações. Ela vem investindo, se desenvolvendo, se constituindo numa grande empresa dirigida por um comunista que tem a competência, a ética para dirigi-la de forma muito bonita, revertendo a administração exemplarmente.

O Sr. Gilberto Brito:- Um aparte, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Com o aparte o deputado Gilberto Brito.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado. O tempo de V.Ex^a está esgotado.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Roberto Carlos, solicito que continue generoso. Deputado Álvaro Gomes, não duvido da colocação de V.Ex^a, mas gostaria de fazer duas colocações. A número um: que o senhor peça à Bahiagás para não financiar festas. Já tem festas demais! Peça a essa empresa, uma vez que ela está se propondo a ajudar a educação, que firme um convênio com a AMA, Associação das Mães dos Autistas, que está carecendo de ajuda. É uma instituição altamente grandiosa no seu aspecto humano e de relevo social. Espero contar com sua sensibilidade, seu comprometimento para abraçar essa causa como se fosse sua, deputado.

Muito obrigado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Gilberto Brito, incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento.

Mas gostaria - o tempo é curto - de travar um outro debate, independentemente da questão da Bahia, sobre as necessidades da sociedade, do ser humano. Não defendo que ele possa se constituir apenas como um animal racional com direito `a alimentação, ao pão, à água. O ser humano, nobre deputado Gilberto Brito - este é um debate que devemos fazer -, precisa de muito mais do que alimentação básica para a sua sobrevivência. Ele precisa de alegria, educação, saúde, lazer. Não só de alimentação e água.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Isso não satisfaz as suas necessidades básicas.

Portanto, este é um debate que devemos travar. Todos nós precisamos de festas, diversão, alegria, enfim, de viver. É do ser humano. Todos precisamos. Mas este é um debate à parte que podemos fazer num outro momento.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PSB pra falar ou indicar orador por até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Por todo o tempo o deputado Capitão Tadeu. V.Ex^a terá até 10 minutos.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Funcionários, povo da Bahia, imprensa aqui presente, gostaria hoje, dia 13 de maio, de me reportar a esta Casa sobre a necessidade de o governo do Estado da Bahia e ela própria estabelecerem o Dia do Turismo Étnico. Essa iniciativa já existe em outros lugares como forma de valorizar a cultura negra e também de atrair o turista internacional para que venha conhecer a cultura produzida pelos nossos descendentes africanos.

Neste momento, gostaria de aproveitar e registrar que, atendendo a solicitação da Secretaria do Turismo do Estado, estamos apresentando no dia de hoje, um dia, embora contestado por uns, mas que, do ponto de vista da história, representa o dia

em que foi assinada a Lei Áurea, esse projeto que cria o Dia do Turismo Étnico Afrodescendente.

Esse projeto está sendo apresentado no dia de hoje e gostaria de fazer um registro para a questão da Secretaria do Turismo, cujo secretário, Domingos Leonelli, e a nossa amiga Emília, na Bahiatursa, têm sido sem dúvida nenhuma a composição de equipe mais criativa e mais eficiente do governo do Estado.

Sentimos no âmbito do setor do turismo do governo do Estado como os nossos dirigentes do governo têm procurado criar e inovar, trazer novos conceitos para a atração de turistas de outros Estados e internacionais até. Então, não posso deixar de registrar os meus parabéns ao secretário Domingos Leonelli, a nossa amiga Emília, da Bahiatursa, e a toda a equipe de servidores da Bahiatursa e da Setur por esse trabalho, demonstrando muita criatividade e muito interesse e muita preocupação com o futuro do nosso Estado.

Obrigado a todos pela atenção e espero que possamos aprovar esse projeto o mais rapidamente possível.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Com o aparte o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Agradeço a concessão do aparte. Veja quanto é significativa – não sei se V.Ex^a acompanhou a nossa questão de ordem há pouco tempo – a possibilidade da aprovação na Casa de uma emenda constitucional de nossa autoria, mas subscrita por mais de 21 Srs. Deputados, que é justamente a possibilidade de deputados apresentarem projetos de lei que sejam efetivamente aprovados sem risco do veto do Executivo estadual.

Um projeto dessa natureza, aparentemente simples, é de uma simbologia extremamente significativa. A implementação de um projeto que em princípio não geraria despesas para o Estado, como uma campanha publicitária de divulgação do Dia do Turismo, exigiria determinados recursos de ordem financeira. Se persistir a vedação que existe hoje na Constituição estadual, V.Ex^a, por mais boa vontade, por mais boa intenção que haja nesse projeto, vai mais uma vez incorrer no vício de origem, no vício de inconstitucionalidade.

Então, veja quanto é importante termos a capacidade, a maturidade política, principalmente, de aprovarmos essa emenda, inclusive subscrita por V.Ex^a, que é um dos autores que subscreveu como grande deputado da Bancada do governo, porque entende que essa é uma matéria que não pode ser tratada de forma partidária, política, porque o que está em jogo neste momento é a verdadeira independência e autonomia do legislador, independente de estar no executivo. Agradeço-lhe.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Exatamente por isso deputado que fez questão de assinar esse projeto.

Com o aparte o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Capitão Tadeu, quero parabenizar V.Ex^a pela iniciativa, reconhecer os esforços do secretário Domingos Leonelli em prol do turismo, mas, infelizmente essa intenção de V.Ex^a encontra duas grandes barreiras.

A primeira é a insegurança que se vive no Estado da Bahia, e não se faz turismo com insegurança, não se faz turismo com batedores, e é essa realidade que vivemos na Bahia, haja visto ontem o assalto ao ônibus da CVC em Porto Seguro que V.Ex^a relatou.

E o segundo aspecto é a intransigência dos órgãos ambientais. O governador vai ao exterior, o secretário Domingos Leonelli tem feito esforço para captar investimentos, mas infelizmente, os investimentos na área do turismo estão indo embora da Bahia para Pernambuco, Ceará, porque a área de meio ambiente do governo tem travado isso.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- É por isso, deputado, que tenho nesta Casa mantido a coerência, elogiado o governo naquilo que merece. E nessa área do Turismo eu digo que o governo do Estado tem sido um exemplo de criatividade, de preocupação em fomentar o turismo. E essa iniciativa, através do projeto de lei, criando o dia do turismo étnico afrodescendente, embora eu o esteja apresentando, mas foi o Poder Executivo que me solicitou dar entrada nesse projeto, tem um público muito direcionado, que são os afrodescendentes americanos, com alto poder aquisitivo, que poderão trazer muitos dividendos para nossa Bahia, desenvolver o turismo e consequentemente gerar emprego e renda, que nós tanto precisamos.

Então, deputado, da mesma forma que critico o governo na área da Segurança Pública, que para mim precisa melhorar, na área do Turismo, o governo está de parabéns. Inclusive com a iniciativa de privatizar o Centro de Convenções, que está caindo aos pedaços e o Estado não pode gastar 30 milhões para reformá-lo e não ter lucro mas prejuízo com aquele espaço. A terceirização, com certeza, seria salutar para a sociedade baiana.

Deputado Waldenor, V.Ex^a tinha pedido um parte.

(O deputado Waldenor declina.)

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Para concluir esse assunto, a privatização da Bahiaturisa é salutar por parte do governo do Estado, está de parabéns. São iniciativas dessa natureza que queremos ver em todas as áreas, inclusive na da Segurança Pública.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o Líder da Minoria, ou o representante do PTN, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, por todo o tempo, falará o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado João Carlos por 10 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente Roberto Carlos, deputada Maria Luiza Laudano, infelizmente, o governo Wagner está sem caixa e com muitas dívidas. Dívidas milionárias na praça, como disse o jornalista hoje. E isso está sendo corroborado pelo secretário Walter Pinheiro que disse que a arrecadação do Estado só

dá para o custeio.

O Estado, deputado Luiz de Deus, já recebeu 150 milhões de antecipação do Fundeb; está tomando 70 milhões do Planserv; está tomando emprestado ao BNDES mais 350 milhões e ontem, no Senado, num trabalho dos senadores Antonio Carlos Júnior, João Durval e César Borges, conseguiram agilizar e o Senado aprovou um empréstimo de 800 milhões de reais.

Mas é um descontrole total, deputado Javier Alfaya, porque além de tomar 70 milhões do Planserv, agora estão tomando 25 milhões da Embasa. O Diário Oficial do dia 08 de maio traz um convênio assinado entre governo do Estado e a Secretaria da Fazenda, através do qual são tomados 24, 7 milhões de dinheiro que a Embasa recebeu de pagamentos feitos a esta empresa.. De acordo com esse contrato, essa transferência de recursos será feito por intermédio da Secretaria da Fazenda e Desenvolvimento Urbano. É uma loucura, é uma falta de controle, onde há dinheiro eles estão raspando. E agora não venham dizer que isso é herança maldita. Não é herança maldita, isso é incompetência gerencial. Não me venham dizer

que o Estado está passando essa situação é por causa da crise. Não é verdade. Primeiro, porque eles diziam aqui não tinha crise, o deputado Álvaro Gomes, até o mês de dezembro, dizia que não tinha crise, que estava surfando nas ondas. Segundo, cadê a grande receita que o Estado teve em 2007 e 2008? Não é verdade. É incompetência, que também se expressa na falta de atração de investimentos.

O governador viaja quase que quinzenalmente para o exterior para buscar investimentos, e até hoje não trouxe nem um investimento sequer. É muito protocolo de intenção, é muito blá-blá-blá, é muita conversa! Mas, no concreto, o que nós temos é a Brasken paralisando a sua fábrica de matéria-prima de *naylon* em Camaçari, Brasken essa que recebeu do governo Wagner 200 milhões de reais de incentivos fiscais, recebeu agora, no final do ano passado, teve encontro de contas com o governo do Estado. Quer dizer, um governador que se dá ao luxo de repassar à Brasken 200 milhões de reais, a um grupo forte, rico e que está se lixando para o Polo Petroquímico de Camaçari.

É por isso que nós chegamos a essa situação de o governo estar com a cuia na mão, do governo não pagar a ninguém, porque além do governo da incompetência, da vagareza, da mediocridade, é agora o governo do calote, porque desde novembro não paga às empreiteiras e afeta os municípios, porque essa empreiteiras não têm, hoje, capital de giro e recebem um dinheiro, por exemplo, da prefeitura de Pojuca e não podem dar continuidade à obra porque não tem mais dinheiro para comprar e nem pagar fornecedores e nem pagar pessoal. É essa a realidade! Estão quebrando o comércio dos municípios, porque as empreiteiras compram e não têm dinheiro para pagar às casas de material de construção. É essa a realidade!

A Brasken, que recebeu agora duzentos e tantos milhões do governo Wagner, essa Brasken que fecha hoje, que decidiu nesta quarta-feira paralisar a sua fábrica no Polo Petroquímico de Camaçari. Polo Petroquímico que está inviabilizado porque tem plantas antigas, porque não consegue concorrer no mercado internacional e porque a Petrobras, do Sr. Sérgio Gabrielli, persegue o Polo Petroquímico de

Camaçari, porque o governo Wagner, para o governo Lula agradar Eduardo Campos, transfere todos os investimentos da Bahia para Pernambuco, como o polo têxtil.

Eu só quero uma explicação, deputado Waldenor, e ficaria, não agiria como aqueles deputados que o deputado Paulo Rangel, ontem, tão bem descreveu aqui, que vão e quando voltam é num radicalismo, eu iria para o governo, calado, no dia em que o governador Wagner explicasse por que deixou o polo têxtil ir embora da Bahia. Quinze mil empregos, sendo 5 mil empregos diretos. Um polo têxtil que era mais importante do que o Polo Petroquímico e que viabilizaria o Polo Petroquímico de Camaçari.

Mas isso é pra agradar Hugo Chaves, a tal refinaria que o ditador venezuelano quer construir aqui no Brasil, em parceria com a Petrobras, para ser viabilizada tinha que estar lá o polo têxtil em Pernambuco. É essa a verdade e ninguém diz nada!

Temos, Sr. Presidente, a Eletrovision, homologou ontem 120 demissões em Lauro de Freitas, que vai se juntar às outras fábricas de Camaçari que estão fechando, e o Sr. Prefeito Caetano, que é amigo do governador Wagner, não toma uma providência. É o desemprego em Camaçari. É o desemprego na Bahia. Vão fechar o Polo Petroquímico de Camaçari que, na situação em que está, não se sustenta, volto a dizer, porque suas plantas são antigas, não foram renovadas, e por serem antigas não têm eficiência. Temos hoje Polos Petroquímicos na Ásia muito mais eficientes do que o de Camaçari, e perversamente o governo federal quer incentivar o Polo do Rio Grande do Sul e o Polo do Rio de Janeiro. Pernambuco tem 34 bilhões de dólares em investimentos, e no da Bahia só temos conversa do governador Wagner.

Onde estão os investimentos? Cite-me uma obra estruturante que o governo Wagner realizou. Nenhuma. Nesses quase 3 anos de governo, o governador Wagner não realizou uma obra. A que existe foi feita com recursos do governo federal, a exemplo do Complexo Viário Dois de Julho, que ninguém entende; quero saber quem foi o engenheiro que planejou aquele complexo viário, porque é cheio de falhas estruturais.

Por isso está aqui essa denúncia, deputado Waldenor, e eu gostaria que V.Ex^a explicasse depois. O governo tirou esses 24 milhões da Embasa para aplicar em quê?

Finalizando, quero aqui parabenizar o deputado Bira Coroa por ter lembrado a data do 13 de maio, mas dizer ao deputado Bira Coroa que ele comete um erro histórico de interpretação muito grande. O 13 de maio não é assinatura de uma princesa branca; o 13 de maio é o ponto mais alto da maior mobilização popular que esse país já teve; o 13 de maio não pode ser desprezado, não pode ser uma data considerada de segunda ordem ou para se tirar da História do Brasil. O 13 de maio é o ponto culminante da maior mobilização popular que o país já teve, com intelectuais negros, com escravos libertos, enfim, com a sociedade brasileira. Sabemos que a democracia racial é um mito, mas neste sentido quero me associar também ao deputado Bira Coroa e ao deputado Javier Alfaya. A democracia racial é o mito mais importante da mitologia político-social brasileira, e essa é a minha luta: de um dia implantarmos nesse país uma verdadeira democracia racial.

Por isso, viva o 13 de maio e todos aqueles que deram as suas vidas pela

libertação de homens e mulheres que foram retirados à força de sua terra e que construíram essa grande nação chamada Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo a nobre deputada Maria Luiza Laudano.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra a nobre deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de até 8 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, nesta tarde quero saudar todas as pessoas que estão nas Galerias Paulo Jackson, os telespectadores da *TV Assembleia*, a Imprensa, as taquígrafas, todos os funcionários da Casa, mas deputado João Bacelar, quero dizer que V.Ex^a tem razão quando valoriza a data de hoje.

Tirei esses 8 minutos, nesta tarde, para falar sobre esse dia, porque acho uma data importantíssima.

E eu queria aqui dizer: “Comemorar ou rememorar, festejar ou protestar, afirmar ou negar, excluir ou incluir? Após 121 anos, as dicotomias não apenas persistem mas também como se ampliam e se aprofundam.

Afinal, no Brasil, na Bahia, em que pese ainda à aparente atmosfera de democracia racial, após esse tempo todo, não conseguimos resolver o problema da degradação sistemática e institucionalizada da população negra, que ainda é marginalizada, mesmo compondo mais de 45% da população do País.

O 13 de Maio tem sido pouco comemorado e pouco analisado no calendário nacional e escolar. Já foi feriado nacional, mas depois deixou de ser. Mas datas como 13 de Maio e 20 de novembro deveriam ser cercadas de grandes manifestações para refletirmos sobre a realidade brasileira, a nossa história e as conquistas populares.”

Tenho, Srs. Deputados, um projeto na Casa, no qual solicito ao Sr. Presidente desta sessão, que interfira junto ao presidente da Casa e à Mesa no sentido de que o dia 20 de novembro seja feriado, porque é um dia importantíssimo, tão quanto o 13 de Maio.

“Em todos os países da América onde houve escravismo recente, a data da abolição é comemorada com grandes festas, muitos discursos e uma ampla revisão histórica. Aqui no Brasil, pelo contrário, quer-se fazer esquecer o 13 de maio, pois uma parte da sociedade não quer ser considerada culpada pela criminalidade do escravismo, enquanto outra parte perdeu o referencial do que o 13 de Maio representa para as lutas do povo brasileiro.

Essa data é importante, porque representa a vitória do movimento abolicionista e do Parlamento brasileiro, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados. A campanha abolicionista, um dos maiores movimentos cívicos da história do Brasil, atingiu o

êxito no exato momento em que a princesa Isabel assinou a célebre Lei Áurea, libertando 700 mil escravos e proibindo a escravidão no Brasil.”

Prestem bem atenção ao que é libertar 700 mil escravos e proibir a escravidão no nosso país.

“Independentemente disso, não se pode deixar de reconhecer que, depois da Lei Áurea, o Estado brasileiro não tomou medidas que favorecessem a integração social do negro, abandonando-os à própria sorte.

Essa dívida social, porém, não pode ser imputada somente à princesa Isabel. Sobre isso, o Estado só veio a se pronunciar, com mais veemência, em 2003, com a instituição da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que tem desenvolvido projetos visando à inclusão social do negro. Mas, de lá pra cá, algumas coisas ocorreram, trazendo ganhos políticos, democráticos e pedagógicos significativos para a sociedade brasileira.

É certo que o 13 de Maio deixou o povo negro recém-liberto abandonado à própria sorte. Não há dúvida. Por outro lado, permitiu-lhe também ampliar, com muita competência e habilidade, o amadurecimento de uma consciência de orientação racial e de africanidade do povo brasileiro.

Os resultados, hoje, são evidentes. Nunca a mídia e a tevê brasileira tiveram tantos profissionais negros atrás e na frente dos bastidores quanto agora.

Do ponto de vista governamental e institucional, algumas novidades também emergiram. Muitas delas concentraram-se nas áreas da educação e do trabalho.

No caso da educação, houve à proliferação de cursinhos pré-vestibulares direcionados ao atendimento dos vestibulandos em desvantagem social e econômica. Muitos desses cursinhos funcionam em parcerias com prefeituras, universidades e empresas, que financiam bolsas de estudo para esses alunos. Também existem as cotas nas universidades públicas.

Ainda na educação, vale a pena mencionar a Lei 10.639/03 que altera a LDB e institui a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’.

No setor do mercado de trabalho, o Governo Federal também avançou no resgate da dignidade da pessoa do negro, com a publicação do Decreto-Lei nº 4.228, 13 de maio de 2002, que institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas.

Talvez, o decreto tenha motivado um pool de entidades da causa negra como o Olodum (BA) - a lançar a campanha ‘Ação Afirmativa, Atitude Positiva’, em novembro de 2003.

Poderia citar aqui milhares de iniciativas e experiências de promoção do bem-estar da população negra e periférica brasileira. Mas acredito que estas são suficientes para mostrar que a força simbólica das datas está no sentido político que lhe emprestamos em decorrência da nossa prática política e cotidiana de luta.

Do ponto de vista, do calendário, o 13 de Maio se repetirá infinitamente, sempre da mesma maneira.”

Tenha paciência, Sr. Presidente, vou terminar.

“(...) Agora, cabe a nós, políticos e cidadãos a fornece-lhes um conteúdo diferente a cada repetição, até o ponto em que possamos fazer a diferença.

Na História, tudo está em permanente mudança, nada consegue escapar do poder transformador da palavra e da ação humana no tempo. Somente assim os 13 de Maio vindouros serão cada vez mais distantes do de 1888.”

Viva a princesa Isabel! Viva o 13 de Maio de 1888!

Muito obrigada pela sua paciência, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Exª manda.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Roberto Carlos, filiado ao partido e na ausência do Líder, peço permissão a V.Exª para usar todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Exª será atendido na íntegra, terá direito a 8 minutos. Se desejar, terá uma prorrogação.

Com a palavra o nobre deputado Gilberto Brito pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Deputado Roberto Carlos, o dia de hoje tem um tanto quanto a ver com V.Exª, que é bem mestiço da raça, oriundo de uma família pobre, venceu com garra e determinação. Hoje, V.Exª presidindo esta sessão, mesmo na circunstância *ad hoc*, é o reflexo senão a reserva que o destino lhe propiciou na conquista da vida. Parabéns! Meu estimado, deputado Luiz de Deus, sempre atento, por mera coincidência do destino, no dia nove, deputada Laudano, do corrente mês, eu que leio alguns jornais por dia, já no romper da aurora, pela internet, encontrei uma coincidência de temas em que pese em veículos diversos, um rico e outro pobre, um grande e outro pequeno; igual à filarmônica, deputado Luiz de Deus, da trompa ao clarinete, um grande e portentoso, o outro minúsculo fisicamente, mas a junção de ambos toca no sentimento de cada um.

Irei ler aqui parte das duas matérias veiculadas no jornal *Estado de São Paulo*, de São Paulo; e do jornal *O Norte*, de João Pessoa. As matérias não estão na íntegra, eu procurei resumi-las.

Diz o jornal *Estado de São Paulo*: (lê) “O aumento da população das favelas em São Paulo foi de 4% no ano passado, duas vezes superior ao crescimento vegetativo da população da cidade no período. Nos últimos 10 anos, o aumento dos moradores em barracos foi de três a quatro vezes maior do que o ocorrido no restante da área urbana. Além do adensamento populacional nas favelas já existentes, outras têm surgido em áreas centrais da cidade, sem que a Prefeitura consiga conter essa expansão. Segundo informações oficiais, há 1.062 favelas em São Paulo atualmente. Os urbanistas consideram que esse número está subestimado. É que a administração municipal se baseia nos dados do Censo feito há quase 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que não levou em conta núcleos de submoradias com menos de 50 pessoas.

A dificuldade que as prefeituras, como a de São Paulo e de Salvador, tem de

acompanhar o crescimento das favelas até nas áreas mais nobres leva a duvidar muito da capacidade de frear a disseminação dos barracos em áreas de grande impacto ambiental, como as vizinhanças de mananciais, fundos de vales inundáveis, margens de córregos e encostas. As tragédias anunciadas e confirmadas com as fortes chuvas que atingem Salvador neste mês confirmam isso.

Essas regiões acabam recebendo investimentos públicos nos processos de urbanização de favelas. Não tenho número sobre esses investimentos, seja na Bahia ou Brasil, mas considero que será um esforço perdido, caso não se evitem novas ocupações. E é o que tem acontecido ao longo dos anos. Na década de 80, 1,89% da população brasileira morava em favelas. Em 1991, já eram 3,28%, o que revela o crescimento de 70% em uma década, segundo o Censo do IBGE.

Pesquisa de Informações Municipais 2008.

Segundo a Pesquisa de Informações Municipais (Munic), divulgada no final de 2008 pelo IBGE, a existência de favelas é maior nos municípios mais populosos: quando considerado o total de 5.564 municípios brasileiros, cerca de 33% declararam ter favelas; mas, considerando-se aqueles entre 100 mil e 500 mil habitantes, o percentual chega a 84,7% e, dos 37 municípios com população acima de 500 mil habitantes, todos, exceto Cuiabá (MT), informaram a existência de favelas. O percentual de municípios que declararam a existência de favelas é maior nas regiões Norte e Nordeste (41 %), enquanto a presença de loteamentos irregulares é mais informada nas regiões Sul (62,4%) e Sudeste (59%).

De acordo com o Censo 2000 do IBGE, Salvador está em nono lugar em número de favelas, com 99. Um número de fato há muito ultrapassado, embora não tenhamos estatísticas oficiais para confirmar. Nossos olhos podem ver.

Isso foi lendo o conteúdo da matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* e algumas junções nós fizemos em bases estatísticas. Irei agora para o jornal *O Norte*, de João Pessoa, na Paraíba, deputado Bacelar, do mesmo dia 09/05/2008:

Josefa Rosário, 44 anos, moradora de Cuitegi, Paraíba, teve quinze filhos. Doze sobreviveram. O marido, limpador de rua, morreu há três anos. A escassez de comida exige um mexido de cuscuz com água três vezes ao dia. Tem época que nem isso. 'Nós só come (sic) mais Quarenta mesmo,' explica, referindo-se ao nome do cardápio, após traduzir a simplicidade da receita. É muita gente para dividir o pacote de fubá. São vinte bocas, contando com netos. A expressão esmaecida de Josefa estampa uma tristeza profunda. Ela simboliza um reduto de mães abandonadas pela sorte.

Nenhuma outra cidade do Nordeste tem proporcionalmente tantas mães chefes de família, sem companheiros e com filhos menores de 15 anos como Cuitegi, um lugar de muitas mulheres viúvas, que assumiram a casa após a separação ou foram relegadas pelos ex com um filho no colo. Josefa mora em uma casa erguida com barro amarelo e madeira velha, tem cheiro de chuva e é fria, como gelo. As goteiras se espalham. Faltam camas, e colchões, e *tudo*. O chão cobre-se de lama - mistura a terra com a água da rua que o inunda. Fazem uma espécie de revezamento do abrigo suspenso improvisado.

Josefa carrega consigo a responsabilidade de mudar a vida da família, cujo rendimento total por mês é de cerca de R\$ 500 - a maior parte oriunda do benefício de uma filha surda e muda. Apesar de viúva, Josefa não recebe pensão porque nunca registrou os filhos no nome do marido. Josefa só fez o Mobral, antigo programa de alfabetização e já esqueceu como assinar o nome.

Em Cuitegi é assim: as mães solitárias estão por toda a parte. A maioria parece com Josefa. São desprovidas de educação, emprego, renda e comida na mesa. Sofrem sozinhas e choram quando ninguém vê.

Deputado Luiz de Deus, V.Ex^a foi prefeito, é deputado por algumas legislaturas e é médico; deputado Jurandy Oliveira, certamente, no oitavo mandato parlamentar, ex-prefeito de sua terra natal; deputada Maria Luiza Laudano, no segundo ou terceiro mandato de deputada, ex-prefeita e mãe da atual prefeita de sua terra natal; deputado Aderbal Caldas, deputado estadual por três mandatos, ex-prefeito de sua terra natal, Olindina; deputado Isaac, bem mestiço, oriundo de família pobre e no primeiro mandato de deputado; deputado Waldenor, oriundo de família equilibrada, dentro do padrão da sobrevivência normal, professor universitário e ex-reitor, deputado no segundo mandato; deputado Gildásio Penedo, terceiro mandato de deputado estadual; deputado Bira Corôa, ex-vereador e agora deputado estadual, oriundo de família certamente com dificuldade, até porque também é mestiço; deputado João Carlos Bacelar, ex-vereador e atual deputado que está na luta pela melhoria da vida social.

Nessas favelas, essas mães têm quantos filhos? Que condição elas têm? Faço a seguinte ponderação: será que não teria chegado o momento de os governos federal, estaduais e municipais de todo o Brasil tomarem para si, com coragem, a disponibilização dos hospitais, das maternidades, para que façam realmente um programa de planejamento familiar neste País?

Muitos, às vezes, não têm coragem de enfrentar esse problema. Os que moram fora das favelas e da situação promíscua por certo têm uma condição material mais satisfatória e um nível de compreensão melhor. Asseguro-lhes que no País, hoje, não há mais de 2% de famílias que tenham mais de dois filhos, porque todos compreenderam que é chegado o momento de tomar essas providências.

Deputado Luiz de Deus, hoje é o dia em que se comemora, historicamente, a extinção da escravidão no Brasil. O deputado Bira Corôa explanou, de forma didática, como se deu essa conquista, esclarecendo que ela não foi de graça. Na verdade, quando a Lei Áurea foi assinada, grande parte dos escravizados já estava liberta em decorrência de leis anteriores, como a do Sexagenário, a do Ventre Livre e tantas outras.

Será que não é o momento, deputado Roberto Carlos, V.Ex^a que triunfou e venceu na vida, de termos coragem de enfrentar as dificuldades e propiciar condições a quem as não tem, para que assim sofram menos?

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Informo ao Plenário que, por acordo

de Lideranças, o deputado Waldenor Pereira falará por 2 minutos e, em seguida, encerraremos a sessão. Faremos isso para prestigiar o lançamento do livro *Imortal Irreverência*, sobre Guido Guerra.

Com a palavra o deputado Waldenor Pereira pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, serei breve, na medida em que deveremos prestigiar o lançamento do livro sobre Guido Guerra, esse grande escritor baiano.

Mas não poderia deixar de registrar, ainda nesta tarde, que encaminhamos à Mesa Diretora uma moção de profundo pesar pelo falecimento de uma grande companheira do movimento social, do movimento popular de Vitória da Conquista, Ludugéria Arléu da Silva, conhecida popularmente como Doginha.

Companheira que iniciou a sua militância no Movimento Eclesial de Base, da Igreja Católica, foi fundadora, em Vitória da Conquista, da Comissão Diocesana de Justiça e Paz, do Partido dos Trabalhadores, da CUT e de várias outras organizações de militância política.

Infelizmente, ela faleceu hoje no Hospital Santa Isabel, onde se encontrava em tratamento de um câncer que a acompanhava já há alguns anos.

A digna trajetória da companheira Doginha merece ser exaltada, haja vista as suas extraordinárias virtudes, especialmente a solidariedade, a amizade, o companheirismo. E também foi uma grande mãe de família.

Participou ativamente do processo de redemocratização do Brasil, especialmente em Vitória da Conquista, onde teve participação decisiva na conquista dos quatro mandatos seguidos do Partido dos Trabalhadores.

Então estou encaminhando à Mesa Diretora esta moção de Pesar. E registro, nesta oportunidade, os nossos sentimentos, a nossa consternação pela morte dessa grande companheira, que participou com muita dignidade da construção do projeto do governo participativo em Vitória da Conquista.

Em 1 minuto, rapidamente, quero também registrar, agora no sentido contrário, a Moção de Aplausos, de congratulações à população do Município de Condeúba, tendo em vista o 148º aniversário de emancipação política do município, que foi o berço do meu avô e do meu pai. Meu avô, inclusive, foi intendente do Município de Condeúba. Tive um bisavô que foi deputado estadual aqui, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, que também era filho do Município de Condeúba.

Portanto, bisneto, neto e filho de cidadãos conduebenses que participaram ativamente da vida política do município, é com satisfação que registro, em rápidas palavras, as comemorações pelo 148º aniversário de emancipação política de Condeúba, cumprimentando a população, as autoridades, e saudando especialmente o meu companheiro Maurílio Guilherme, presidente do Partido dos Trabalhadores, o companheiro José Augusto e os vereadores Silvano Santos, Diolino Teles, Carlito Pereira e Antônio de Souza.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por sua tolerância, tendo em vista o acordo de Lideranças para participarmos do lançamento do livro do extraordinário escritor, que, infelizmente, deixou-nos muito cedo, o companheiro Guido Guerra.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Getúlio Ubiratan:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pela ordem o deputado Getúlio Ubiratan.

O Sr. Getúlio Ubiratan:- É uma questão de urgência, apenas quero informar a esta Casa que, no momento em que estamos falando aqui sobre a importância da data de hoje, recebi uma informação vinda da nossa região do Extremo Sul: no começo da tarde, um assassinato chocou nossa região. Uma mulher pobre, carvoeira, de cor negra, devido a uma discriminação descabida – a informação que recebemos foi exatamente essa –, essa mulher humilde, simples, carvoeira, repito, no exercício de sua função foi chamada de negra e outros adjetivos terríveis pelas pessoas que a contrataram para o serviço, que a acusaram de estar desviando uma certa quantidade de facho, que é o resto do resto do eucalipto usado para produzir carvão. Isso, realmente, não aconteceu, e ela foi inocentada. Mas antes disso ela perdeu a vida.

Faço esse desabafo e presto minha solidariedade em nome de uma região importante, que é a nossa região do Extremo Sul. Nessa região, que é conhecida como região da juerana, região dos carvoeiros, diversas pessoas de cor escura sobrevivem desse trabalho sacrificado, e que fez, infelizmente, que a ignorância de um homem acabasse tirando a vida dessa pobre mulher.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- As taquígrafas registrarão a questão de ordem de V.Ex^a.

Gostaria de convidar todos os deputados para o lançamento do livro “Imortal Irreverência”, do escritor baiano Guido Guerra. Por este motivo, e agradecendo a Deus por mais um dia de trabalho, encerro a presente sessão.

Muito obrigado.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*